

versus

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ



A CASA COMUM

Nº13

DEZEMBRO DE 2025

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Antonio Licha
EDITOR

Reitor
Roberto de Andrade Medronho

Vice-Reitora
Cássia Curan Turci

Decano
Flávio Alves Martins

Vice-Decano
João Luiz Simas Pereira de Souza Pondé

Superintendente
Alessandra Monteiro

Chefe de Gabinete
Thais de Souza Andrade

Coordenadores do CCJE:
Junya Rodrigues Barletta (Coordenadora de Integração Acadêmica em Graduação), Marta dos Reis Castilho (Coordenador de Integração Acadêmica em Pós-Graduação), Sandra Maria Becker Tavares (Coordenadora de Integração Acadêmica em Extensão), Priscila Gonçalves Soares e Leandro Montenegro França Santos (Coordenadores de Atividades Culturais), Zenildo Ferreira de Oliveira (Coordenador de Planejamento e Projetos) e Vinicius Simas Pereira Fernandes (Coordenador de Tecnologia, Informação e Comunicação).

Coordenação de Atividades Culturais
Revista Versus

Conselho Editorial
Antonio Licha (Editor), Vitor Iorio (IRID), Eduardo Bastian (IE), Lucia Maria da Cruz Fidalgo (FACC), Maria Luiza Franco Busse, Mauro Osorio (FND), Flavio Luiz Alves Flores de Moraes (COPPEAD), Renata Bastos (Editora Executiva, IPPUR) e Marcos Vinicius Daud Camargo (Biblioteca Eugênio Gudim)

Editor
Antonio Licha

Editora Executiva
Renata Bastos

Diagramação e Projeto Gráfico
Nayane de Souza

Arte
Gabrielle Moreira, Nayane de Souza

Revisão
Renata Bastos, Gabriel Rosa, Márcia Ellen, Luiz Fernando Reis, Iany Ribeiro

Bolsistas
Gabriel Rosa (Bolsista CCJE), Flavio Matheus da Silva Borges (PROFAEX) e Nayane Cristina de Souza (PROFAEX)

Externsionistas
Márcia Ellen, Luiz Fernando Reis, Iany Ribeiro, Gabrielly Almeida, Ágata Abreu, Maíra Alvez, Renata Rocha

Colaboradores da Edição
Ricardo José de Azevedo Marinho (Unyleya Educacional), Fábio Filgueiras Neto (Vereador, PP/MG), Joyce Trindade (Vereadora, PSD-RJ), Júlio Lops (Casa Rui Barbosa), Mauro Osorio (FND/UFRJ), Mária Helena Versiani (UFRRJ/FRIPERJ), Cristiano Rodrigues (DCP-UFMG), Elton Teixeira Rosa da Silva (PPGCS/UFRJ), Paulo d'Avilla (PPCIS/PPFH, UERJ), Vladimir Lombardo Jorge (UFRRJ), Dani Balbi (Deputada-RJ), Tatiana Roque (Deputada-RJ), Pedro Sánchez (EBA/UFRJ), Leonardo Valente (*in memoriam*)

Fotos
Coletivo Coral Viajante

Agradecimentos
Ação de extensão "Vida Pública: os temas republicanos nos espaços escolares e de ensino"

Revista VERSUS
Publicação Anual do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)

A revista Versus entrega ao leitor, nesta 13ª edição, um panorama denso e inquieto do Brasil de 2025: um país em que o Parlamento se tornou protagonista incontornável, mas ainda busca o sentido democrático de seu novo poder; em que as tragédias climáticas expõem nossas fragilidades ecológicas e, ao mesmo tempo, a potência da solidariedade popular; em que a juventude universitária ocupa cadeiras legislativas e tenta romper o círculo vicioso da desconfiança política.

O dossiê "Parlamento no Brasil" marca o tom: o Legislativo deixou de ser coadjuvante do presidencialismo de coalizão e passou a operar, muitas vezes, segundo uma lógica solipsista e corporativa. Emendas de relator, fundo eleitoral e federações partidárias redesenharam o mapa do poder, mas também aprofundaram o clientelismo e a desconexão com a sociedade. A autonomização parlamentar é fato consumado; resta saber se servirá à reconstrução de um projeto nacional ou apenas à reprodução de privilégios.

Dos conflitos silenciosos nas calçadas de Niterói à sinfonia barroca que o povo brasileiro segue inventando século após

século, dos jovens vereadores egressos da UFRJ que fiscalizam orçamentos municipais aos alertas urgentes sobre uma transição energética ainda ecologicamente frágil, os textos aqui reunidos recusam diagnósticos fáceis. Mostram, isso sim, que democracia, sustentabilidade e representação continuam sendo tarefas coletivas, inacabadas e, por isso mesmo, urgentes.

Que esta edição sirva menos como ponto final e mais como convite ao debate republicano que o Brasil precisa travar – nas universidades, nas ruas, nas instituições e, sobretudo, nas urnas.

Boa leitura.

Conheça a Versus
versus.ccje.ufrj.br



JOVENS VEREADORES

11

A FUSÃO NÃO É RESPONSÁVEL PELA CRISE DO ESTADO DO RJ

Mauro Osorio e Maria Helena Versiani

17

PARLAMENTO NO BRASIL

21

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Gabriel Rosa e Luiz Fernando

62

COP30

Gabriel Rosa e Iany Ribeiro

65

COP30 NA AMAZONIA

Ricardo José de Azevedo Marinho

67

A DÉCADA DA CIÊNCIA OCEÂNICA

Ágata Abreu , Maíra Alvez e Renata Rocha

69

CALÇADA EM MOVIMENTO

Gabrielly Almeida

72

RESENHA DO LIVRO ÁGUA ATÉ AQUI

Gabriel Rosa

83

HOMENAGEM AO PROFES- SOR LEONARDO VALENTE

90

4 CONSENSOS PARA A CASA COMUM

Renata Bastos da Silva

15

O CENTENÁRIO *ENSAIO* *SOBRE A DÁDIVA*

Júlio Lopes

19

SEMINÁRIO

Gabrielly Almeida



#VERSUS

O INFINITO EM UM JUNCO DE IRENE VALLEJO

Márcia Ellen

78

80 OUVIR CANTANDO (E PEN- SANDO) A AFINADA SINFONIA BARROCA

Ricardo José de Azevedo Marinho

80

85 UM PACIENTE CHAMADO BRASIL

João Pedro Alvez, Rebeca Maria Cinha Silva e
Vitoria Gomes de Barros

85

Consensos para a Casa Comum

Renata Bastos da Silva¹

Em 2025, completamos 5 anos desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS), da qual o nosso país é signatário, decretou a pandemia da Covid-19 para que os países pudessem detectar, proteger, tratar e reduzir a transmissão do novo coronavírus (Sars-Cov-2), causador da doença de síndrome respiratória. Nós, da revista *Versus*, em seu número 9, refletimos sobre os dois anos da declaração de pandemia. Destacamos, nesta edição, as palavras do então diretor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), Leonardo Valente, as quais vamos reproduzir ao final da presente edição. Distinguimos também os artigos que trataram de salientar o apreço à ciência e ao Sistema Único de Saúde (SUS), que estiveram na linha de frente das inter-

pretações, recomendações e do atendimento aos pacientes acometidos pela enfermidade.

Por outro lado, em 4 de dezembro de 2020, foi realizado pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA), na modalidade remota, um seminário a respeito das Mudanças Climáticas e a Pandemia. O evento foi organizado pelo Grupo de Estudos de Saúde Planetária do IEA. Na ocasião, discutiu-se a repercussão do relatório *The Lancet Countdown* de 2020, lançado no dia anterior, o qual demonstrava a estreita conexão entre os problemas climáticos e o surgimento de doenças infecciosas.²

Portanto, com o advento da COP 30 no Brasil, faremos algumas pontuações sobre o tema da mudança cli-

¹ Professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autora dos livros: *Lord Keynes pelo Amauta Mariátegui: A crítica da Economia de Keynes na Política de Mariátegui*. Jundiaí(SP): PACO Editorial, 2019. *Lincoln e a Princesa Isabel – O Ensino de Duas Experiências de Abolição da Escravidão nas Américas Através da Literatura*. Jundiaí(SP): PACO Editorial, 2023.

² Ver <https://www.iea.usp.br/eventos/mudancas-climaticas-pandemia-lancet-2020> acessado em 21 de novembro de 2025.

mática, a partir de três prêmios Nobel de economia: Elinor Ostrom (1933-2012), Jean Tirole e Esther Duflo (que esteve presente na COP 30).

As reflexões de Elinor Ostrom são destacadas por Tirole em seu livro *Economia do bem comum* (2020), quando o autor ressalta que:

A cientista política Elinor Ostrom, prêmio Nobel de economia em 2009, mostrou por sua vez como pequenas comunidades estáveis, em determinadas condições são capazes de gerir seus recursos locais comuns sem serem vítimas de tragédia, graças a mecanismos informais de incentivos e sanções. (TIROLE, 2020, p. 215)

A norte-americana Elinor Ostrom realizou estudos que associavam instituições, política e meio ambiente. Sua linha de pesquisas era voltada para a relação, por meio de arranjos institucionais, entre os seres humanos e os ecossistemas, incluindo o impacto da globalização.

Elinor Ostrom



Tirole, por sua vez, recorreu a Ostrom para fundamentar seus argumentos no capítulo de seu livro intitulado *O desafio Climático*. Esse tema é desenvolvido na parte da obra que

trata dos grandes desafios macroeconômicos. O economista francês, agraciado com o prêmio Nobel em 2014, afirma logo no início do aludido capítulo que, desde a Rio 92, a comunidade internacional negocia políticas de “atenuação” destinadas a reduzir



as emissões de gases de efeito estufa, como também as ações para combater os impactos do aquecimento global.

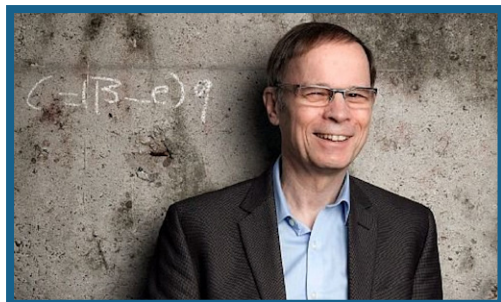
Por outro lado, quando trata do tema da desigualdade entre os países e a tarifação do carbono, Tirole embasa sua opinião na encíclica *Laudato si*, que o Papa Francisco legou ao mundo. Nas palavras do economista francês:

O mesmo princípio se aplica em escala internacional, em que é preferível promover transferências maciças em favor dos países mais pobres em vez de tentar adotar políticas ineficazes e, logo, de pouca credibilidade. Como diz o papa Francisco em sua encíclica *Laudato si*:

Ao longo das próximas décadas, as piores consequências provavelmente recairão sobre os países em desenvolvimento. Muitos pobres moram em lugares particularmente afetados por fenômenos ligados ao aquecimento, e seus meios de subsistência dependem altamente das reservas naturais e dos produtos do ecossistema, como a agricultura, a pesca e os recursos florestais. Eles não têm outras atividades financeiras nem outros recursos que lhes permitam adaptar-se aos impactos climáticos, nem fazer face a situações catastróficas, e têm pouco acesso aos serviços sociais e de proteção.

Os países pobres e emergentes advertem, com toda a razão, que os países ricos financiaram sua industrialização poluindo o planeta e que eles também almejam alcançar um padrão de vida comparável. (TIROLE, 2020, p. 237)

Jean Tirole



Esse foi um dos principais temas discutidos na COP 30, na qual, como informamos acima, Esther Duflo estava presente. Ela foi a Belém, onde ocorreu a conferência, apresentar o projeto “*Just Economics*”, que pode ser traduzido como “economia justa”

ou “simples economia”. O projeto foi elaborado pela economista francesa em parceria com o economista indiano Abhijit Banerjee, seu marido — ambos vencedores do Nobel de Economia em 2019 —, e o economista americano Michael Greenstone, ex-conselheiro de Barack Obama. A ideia fundamental, segundo as palavras de Duflo³, é:

O país rico concorda em compensar os pobres pelos impactos das mudanças climáticas, transferindo a receita diretamente para as pessoas, e o país pobre, em troca, concorda em tomar medidas climáticas obrigatórias, como começar a precificar o carbono. Essa é basicamente a essência da ideia. (Entrevista à GARCIA, R. 2025)

Esther Duflo



Sem dúvida, os países mais pobres e em desenvolvimento são os mais impactados pelas mudanças climáticas e pelo atual modo de consumo de energia, de transporte, de produção de bens e serviços, bem como, de geração da agricultura e das florestas, que corroboram para agravar os problemas climáticos. No caso do

3 DUFLO, Esther, entrevista à GARCIA, Rafael. O Globo, 13/11/2025.

Brasil, podemos citar pelo menos dois fenômenos recentes resultantes desse estado de coisas.

O rompimento da barragem do Fundão, na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais, em 2015, registrado em quadrinhos, escrito por José Marcos Mendonça: *Doce amargo: um relato em quadrinhos do maior desastre ambiental do Brasil*. [colorista Mariane Gusmão]. São Paulo: Nemo, 2025. Na introdução Mendonça distingue que:

As barragens de rejeitos têm a função de armazenar os resíduos sólidos e a água resultantes do processo de beneficiamento do minério de ferro, matéria-prima essencial para a fabricação do aço e base de indústrias como a automobilística, de eletrodomésticos e da construção civil. (...) A barragem de Fundão, localizada em Mariana (MG) e pertencente à Samarco, armazenava cerca de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos, o equivalente a 21 mil piscinas olímpicas. Ela foi construída pelo método de alteamento a montante, em que a barragem é elevada progressivamente com camadas do próprio rejeito sobre o dique principal.

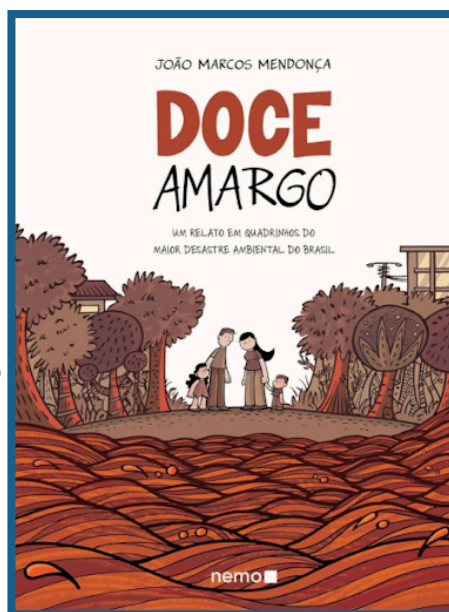
Embora seja o método mais simples e barato, também é considerado o menos seguro, com maior propensão a acidentes. (MENDONÇA, 2025, p. 3)

Outro livro em quadrinhos retrata, a partir das narrativas dos vitimados, o maior desastre climático do Rio

Grande do Sul, que abalou o estado há pouco mais de um ano e meio. Escrito por Pablito Aguiar, trata-se de *Água até aqui: história de luta, sobrevivência e recomeço na maior tragédia climática do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Arquipélago, 2025. Mais a frente, esta edição da Versus apresenta a resenha desse livro.

Esses fatos nos levam a assinalar

"Doce Amargo" de João Marcos Mendonça



os 80 anos de uma obra clássica, mas pouco estudada, de Caio Prado Júnior, intitulada *História econômica do Brasil* (1945), na qual o autor adverte:

Torna-se patente a incompatibilidade substancial entre o novo ritmo de existência e progresso material atingido pelo país, e sua modesta categoria de mero produtor de um punhado de matérias-primas destinadas ao comércio internacional. Sobre esta base estreita não era possível manter uma estrutura econômica e social imposta pelas

novas condições de mundo de que o Brasil passara plenamente a participar.(PRADO JÚNIOR, [1945] 1974, p. 287)

A história econômica trata do tecido material da vida. Caio Prado Júnior lança o livro em 1945, quando inicia sua campanha para deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Portanto, sua obra é o programa para seu mandato. Ele não foi eleito, ficando na suplência do deputado federal, e nosso escritor, Jorge Amado (PCB). Mas voltou ao pleito para concorrer a uma vaga, pela mesma agremiação partidária, para a Assembleia Legislativa de São Paulo, e foi bem-sucedido, tomando posse em março de 1947. Seu mandato foi breve, pois o PCB foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em maio de 1947. Depois de recorrer às instâncias cabíveis, os eleitos pelo partido tiveram que entregar seus cargos em fevereiro de 1948 (SILVA, 2012).

Advertimos para o papel das câmaras legislativas do Brasil e do mundo, cujos representantes têm a responsabilidade de aprovar os acordos internacionais, por exemplo, de combate à mudança climática.

Neste sentido, sublinhamos que no último dia 23 de julho de 2025, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, na Holanda, proferiu seu primeiro parecer consultivo sobre as mudanças climáticas. Os Estados têm o dever legal de salvaguardar o sistema climático das emissões antropogênicas

de gases de efeito estufa. E as nações mais industrializadas e mais poluidoras devem ter o comprometimento no combate às mudanças do clima.

O parecer foi reclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 29 de março de 2023, sustentado em duas indagações colocadas à Corte na resolução do maior órgão decisório da organização. A primeira questão tratava das obrigações dos Estados, de acordo com o direito internacional, para assegurar a pro-



teção do sistema climático e de outras partes do meio ambiente contra as emissões antropogênicas de gases de efeito estufa, tanto para as gerações presentes quanto futuras. A segunda referia-se aos desdobramentos juri-



dicos para os Estados, conforme essas obrigações, no caso de danos significativos causados ao sistema climático e a outras partes do meio ambiente.

Portanto, em um contexto de COP 30, devemos resgatar as ideias da professora da Universidade de Barcelona — que também foi senadora por Barcelona nos anos de 1990 —, Victoria Camps, sobre o cuidado com a Casa Comum. Um dos temas de seu livro *Tiempos de cuidados: otra forma de estar en el mundo* (2021), escrito em plena Pandemia de Covid-19, no qual, como conselheira permanente de Estado, afirmou que:

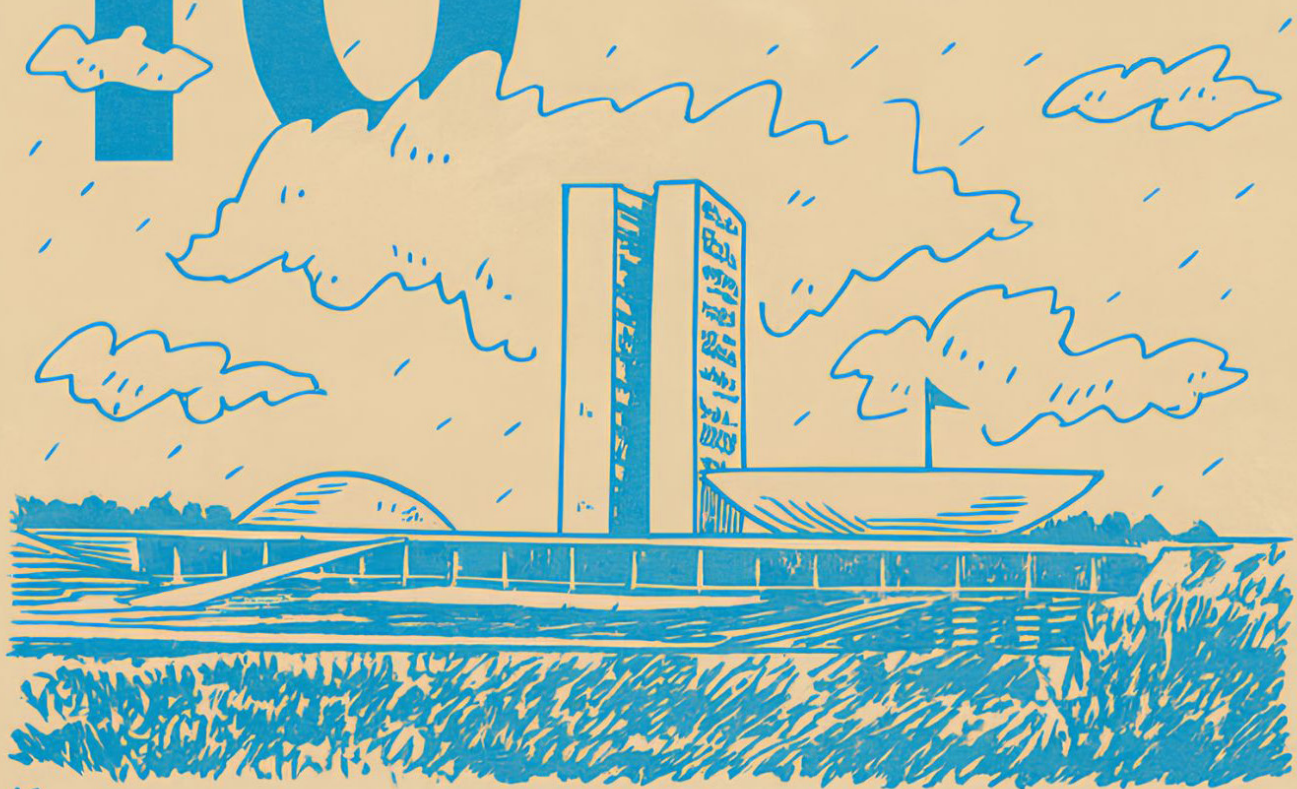
Tales deberes, cuando responde a la preocupación por el cambio climático, se articulan en torno al eje del cuidado: tener cuidado del entorno y actuar en consecuencia con el compromiso por un mundo sostenible y saludable. Asumir esa responsabilidad por la casa común es dar forma a un patriotismo republicano que no tiene nada que

ver con la exaltación de la nación, sino que se apoya en la asociación de todos los ciudadanos. (CAMPS, 2021, p. 186-187)

Neste sentido, convidamos à leitura de mais um número de nossa revista da área das ciências sociais aplicadas, para que, parafraseando um economista republicano e democrata, consensos e contra sentidos encontrem o caminho do desenvolvimento sustentável de nossa Casa Comum, o planeta Terra. Boa leitura!

PARLA MEN TO

2025



Fábio Filgueiras Neto

**Vereador em Além Paraíba (PP/MG);
estudante de Ciências Contábeis
na UFRJ**

Aos 25 anos, Fábio Filgueiras Neto é o vereador (PP-MG) mais jovem em exercício na cidade de Além Paraíba, em Minas Gerais. Fábio, que foi eleito em 2025, com 632 votos — o quinto mais votado —, afirma que tem vivido de forma intensa os desafios da gestão municipal e os impactos positivos do serviço público no cotidiano dos moradores de Além Paraíba.

Aluno de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o vereador enxerga sua formação acadêmica como uma importante ferramenta para a atuação política. Os ensinamentos de sala de aula o ajudam na interpretação da realidade financeira e no acompanhamento da elaboração e exercício do orçamento do município em que exerce seu mandato.

Foi em suas origens que ele encontrou inspiração para seguir a trajetória política. Sempre desejou retornar à sua cidade natal, Além Paraíba, e contribuir para a transformação do lugar em que cresceu.



Fábio Filgueiras Neto

“A política, nesse sentido, se apresentou como o caminho mais direto e eficaz para promover mudanças reais, ouvindo as pessoas e interferindo no planejamento público com responsabilidade”, conta Fábio.

Ele afirma que os anos anteriores à sua eleição foram marcados por grandes tensões políticas em Além Paraíba. A gestão anterior enfrentou altos índices de rejeição e instabilidade interna, deixando a população desconfiada em relação ao poder público. Para contornar esse cenário, Fábio declara que assumiu, desde o início do mandato, o compromisso de estar presente nas ruas, ouvindo as necessidades da população e intervindo em situações emergenciais.

Organizou, com o apoio de moradores, mutirões de limpeza em bairros como Fernando Lobo e Matadouro,

em resposta ao acúmulo de lixo causado pela paralisação temporária de serviços de coleta e pela quebra de máquinas da Prefeitura. “Foram soluções pontuais, mas de grande valor simbólico para comunidades historicamente esquecidas pelo poder público”, lembra.

O político atua em comissões estratégicas, como a de Obras e Serviços Públicos e a de Fiscalização Orçamentária, na qual consegue observar de perto as demandas parlamentares. Se, por um lado, enxerga as fragilidades institucionais, por outro, vê possibilidades de inovação e melhoria.

Ao longo do mandato, protocolou 55 indicações legislativas, 13 moções e 4 requerimentos. Dentre suas recomendações, propôs a criação de um programa municipal de estágio e jovem aprendiz, sugeriu a criação de um fundo de apoio financeiro para o Hospital São Salvador, e indicou que o valor do vale-alimentação dos professores seja igualado ao dos demais servidores.

Entre experiências institucionais marcantes, Fábio destaca a presença no Congresso Mineiro de Municípios — evento anual da Associação Mineira de Municípios (AMM) em que são debatidos temas relacionados a políticas públicas e inovações na administração local — e as sessões itinerantes da Câmara Municipal, como a realizada no distrito de Angustura. Ele lembra que foram momentos de

grande aprendizado: “Ampliaram minha visão sobre os caminhos possíveis para superar as limitações de municípios pequenos como o nosso.”

Para ele, ser um jovem político, de apenas 25 anos, ainda desperta desconfiança em alguns setores de Além Paraíba, devido à cultura tradicional do município. “Muitas vezes, espera-se que um parlamentar jovem adote uma postura submissa ou omissa diante das pressões políticas”, reflete Fábio. “Minha presença na Câmara é também uma demonstração de que é possível romper com lógicas antigas e construir pontes entre juventude, técnica e responsabilidade pública.”

Ele espera que, com seu exemplo, outros jovens sintam-se inspirados a acreditar em uma política transformadora. O vereador entende que o cenário político atual precisa de novas ideias e de pessoas comprometidas com o bem comum. Fábio destaca ainda que um dos principais desafios de seu cargo como vereador é a limitação da função legislativa.

As restrições formais do mandato exigem articulação estratégica com o Executivo para que as propostas saiam do papel. Ele reconhece que a burocracia é uma barreira à atuação política. “Acredito que um dos caminhos para fortalecer a democracia é justamente buscar formas de desburocratizar a gestão pública e torná-la mais acessível e eficiente”, afirma.

Apesar dos obstáculos, o vereador continua acreditando no potencial transformador da política. “Acredito que minha geração tem um papel importante a cumprir, e quero fazer parte da construção de um futuro melhor para Além Paraíba. Com escuta, responsabilidade e compromisso público”, conclui.

Joyce Trindade

Vereadora do Rio de Janeiro (PSD-RJ); formada em Gestão Pública na UFRJ

Nascida e criada na Zona Oeste carioca, Joyce Trindade é vereadora (PSD-RJ) do Rio de Janeiro e, desde sua eleição, em 2024, tem trilhado um caminho de grandes conquistas. Eleita aos 24 anos, com 30.466 votos, tornou-se a mais jovem Secretária de Políticas para Mulheres do Brasil. Atualmente, é Secretária de Políticas para Mulheres e Cuidados do município do Rio de Janeiro e se encontra em licença-maternidade — motivo pelo qual não pôde conceder entrevista à equipe da Revista Versus e, devido a tal, usamos como fonte seu site e suas redes sociais.

Desde janeiro de 2023, a vereadora coordena o PSD Mulher no estado do



Joyce Trindade

Rio de Janeiro e preside o Conselho Municipal de Mulheres. Formada em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Joyce foi a primeira de sua família a ingressar no ensino superior público. No cargo de Secretária de Políticas Públicas para Mulheres, Joyce deu voz às mulheres cariocas por meio de ações e programas voltados à equidade de gênero e ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Por sua trajetória, recebeu em 2022 a Medalha Chiquinha Gonzaga — honraria concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro a personalidades femininas inspiradoras —, indicação da então vereadora Laura Carneiro (PSD). Em suas redes sociais, Joyce afirma ter impactado mais de 1 milhão de pessoas por meio de seu trabalho. A vereadora

também teve passagens pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela diplomacia francesa.

Suas iniciativas contam com as Casas da Mulher Carioca e as Salas Mulher Cidadã, que são espaços de acolhimento, formação técnica e apoio à autonomia feminina; o Programa Mulheres do Rio, que promove qualificação profissional em áreas como gastronomia, tecnologia e saúde; o Cartão Mulher Carioca, um auxílio financeiro emergencial para mulheres vítimas de violência; e o Cartão Move Mulher, que oferece transporte público gratuito a mulheres atendidas pela rede de proteção do município.

Em suas redes sociais, Joyce discute a importância de defender políticas públicas. “Política pública é nossa vida. Política pública tem que

estar sempre sendo melhorada. Ter representantes do povo que realmente entendam e vivam o serviço público muda toda a lógica”, assegura a vereadora.

Para ela, é fundamental que parlamentares entendam de perto as necessidades da população, utilizando os serviços públicos. Em setembro deste ano, Joyce se tornou mãe e realizou seu parto pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Holanda, no Centro do Rio.

A vereadora também mantém um diálogo com o público através de suas redes sociais e de canais de atendimento disponíveis em seu site. Durante o Agosto Lilás, foi lançado o *Joyflix*, uma série de vídeos disponíveis no Instagram e no YouTube, onde Joyce discute temas importantes ligados

aos direitos e deveres das mulheres, e a importância de políticas públicas que acolham mulheres vítimas de violência. “Enquanto uma mulher política, secretária e vereadora, vejo no cotidiano o quanto essas violências afetam as mulheres nos espaços de poder”, declara em um de seus vídeos.



Câmara Municipal do Rio de Janeiro

O centenário

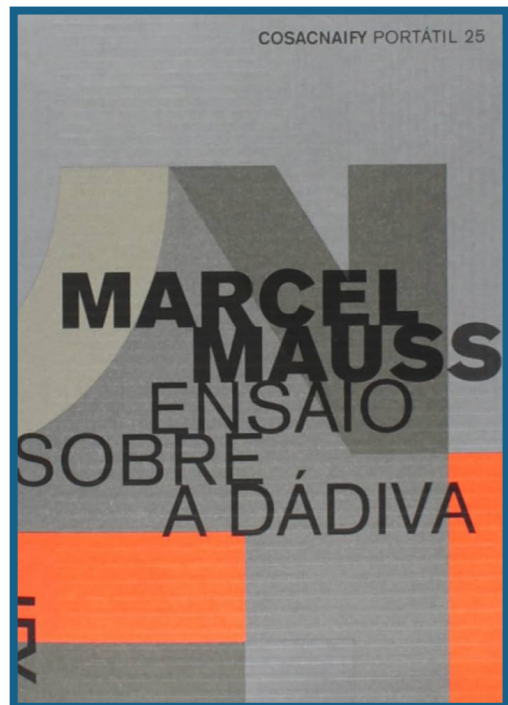
Ensaio sobre a dádiva

de Marcel Mauss

Júlio Lopes⁷

Em 2025, o *Ensaio sobre a dádiva*, escrito por Marcel Mauss (1872-1950), completa 100 anos de publicação por L'Année Sociologique. Desde então, este texto – imediatamente como um ingrediente fundamental dentro da Escola Sociológica francesa e básico à consolidação disciplinar da Antropologia Social como Ciência – vem influenciando o conjunto das Ciências Sociais, aplicadas ou não, e das Humanidades, especialmente no campo interdisciplinar que é o da Cultura em geral.

Embora o autor o tenha publicado enquanto herdeiro intelectual de seu tio Émile Durkheim (1858-1917), fundador da Sociologia, do qual fora assistente principal, o *Ensaio sobre a dádiva* inaugurou uma nova teoria social. Concebendo a sociedade em geral como resultante das trocas de bens (desde materiais até meros gestos afetivos) cujos participantes as



Capa do livro "Ensaio sobre a dádiva"

exercem tão continuamente quanto alternadamente, ela permite compreender qualquer situação como definida pelas posições de doadores, donatários ou retribuidores que exercemos ao longo de nossas vidas, nas quais integramos ou deixamos de integrar grupos à medida que retri-

⁷ Pesquisador Titular em Ciência e Tecnologia da Casa de Rui Barbosa e autor de *Viver em rede: as formas emergentes de dádivas* (7Letras)

buímos, somos retribuídos ou não mais, dentro deles.

Assim, a tríade entre dar, receber e, principalmente, retribuir, se tornou um parâmetro adequado para entender como a própria democracia representativa é um sistema no qual as candidaturas políticas são ofertas a serem retribuídas com mandatos; celebrações comunitárias retribuem afetos recebidos de gerações passadas; artes são doações afetivas individuais a destinatários socialmente difusos; cônjuges se mantêm unidos enquanto houver reciprocidade benéfica; e clientes correspondem à fidelização empresarial quando significativos para além dos interesses imediatos.

Apesar de ter sido interpretado como uma rejeição dos cálculos racionais típicos do mercado, pelos seus intérpretes reunidos sob o *Mouvement Anti-Utilitariste des Sciences Sociales*, não é esta a interpretação do Ensaio pelos biógrafos de Mauss. Tanto Florence Weber quanto Marcel Fournier atestam sua dedicação ao Cooperativismo e, portanto, ele preferia que mercados nacionais e o internacional se tornassem mais, ou até predominantemente, cooperativos dos interesses, ao invés de renegá-los. Tal interpretação se fortaleceu desde a publicação de seu livro inacabado *A Nação*, somente em 2013 na própria França e 2017 no Brasil.

Porém, a seção conclusiva do Ensaio sobre a dádiva já era flagrante como manifesto pioneiro pela responsabilidade social generalizada, a ser adotada por indivíduos, classes, Estado e mercados, propondo medidas administrativas e socioeconômicas que reformariam ambos os últimos, segundo a reciprocidade moral encontrada em todas as sociedades analisadas pelo texto, no tempo histórico e no espaço planetário. São temas ainda atuais.

A fusão não é responsável pela crise econômica do Estado do Rio de Janeiro

Mauro Osorio⁸ e Maria Helena Versiani⁹

O ano de 2025 marca os 50 anos da fusão do antigo estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro. Entre as polêmicas, alguns analistas insistem em dizer que a fusão agravou a crise econômica fluminense. Permita-nos discordar.

Após a fusão, instituída em 1º de março de 1975, eclodiu, em 1979, a crise da dívida externa e fiscal brasileira dos anos 1980. O Brasil foi então atravessado por forte crise econômica, que impactou com particularidade a economia do estado do Rio de Janeiro, pelo fato desta região constituir historicamente um espaço capital e de sede de órgãos e instituições federais, sendo beneficiada por gastos públicos do governo federal.

Aliado a isso, quando dada consolidação do processo de transferência da Capital Federal para Brasília, nos anos 1970, o conjunto da cidade e

do estado do Rio de Janeiro já apresentava um dinamismo econômico bem inferior à média brasileira e da região Sudeste, sendo expressiva a queda da participação total do PIB carioca e fluminense no PIB nacional, entre 1970 e 1980. Ou seja, é plausível afirmar que a crise econômica vivenciada no estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 1980 teve relação, não com a fusão, mas com a explicitação de uma crise que já se desenvolvia desde a consolidação da transferência da Capital para Brasília, desde a primeira metade dos anos 1970.

Antes da crise dos anos 1980, o então presidente Ernesto Geisel lançou um programa definindo prioridades de investimentos para o desenvolvimento econômico do país, denominado de II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

⁸ Economista e professor titular da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.

⁹ Historiadora e pesquisadora no Museu da República e Pós-Doutoranda na UFRRJ/FRIPERJ.



Neste programa foi projetada uma desconcentração do poder econômico de São Paulo no âmbito da região Sudeste, com o fortalecimento também da economia mineira e fluminense. É com este propósito que foi implantada a indústria automobilística da Fiat no estado de Minas Gerais, por exemplo, com o objetivo de criar um segundo complexo metal mecânico naquele estado.

Em relação aos investimentos previstos para o estado do Rio de Janeiro, o II PND estabeleceu principalmente o fomento ao desenvolvimento no campo das inovações tecnológicas. Porém, sabemos que a maturação de novas tecnologias exige tempo de pesquisa, testes e o aprimoramento das tecnologias existentes. A sobreposição da crise dos anos

1980 engendrou uma profunda instabilidade econômica no país. Entre outras ocorrências, os investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias, previstos no estado do Rio de Janeiro, foram prejudicados.

Repetimos: a crise econômica do estado do Rio de Janeiro não se estabeleceu a partir de conexões de causa e efeito entre a fusão e o estado fluminense, mas sim a partir de uma desestruturação econômica que tem raízes em um processo contínuo de baixo dinamismo relacionado à transferência da Capital sem compensações e combinado à falta de estratégias de desenvolvimento regional.

Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio: temas que mobilizam o território fluminense

Gabrielly Almeida

O ano se aproxima do fim, mas os debates sobre os rumos da sociedade continuam em pauta. O Rio de Janeiro sediou, nos dias 24, 25 e 26 de novembro, a segunda edição do Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro, um dos principais eventos de reflexão crítica para estudantes de graduação e profissionais do serviço público, realizado no CEFET/RJ (Campus Maracanã).

Neste ano, o evento buscou ampliar o olhar sobre o território fluminense, refletindo sobre os desafios sociais, políticos e econômicos presentes nas diversas regiões do estado. A programação contou com a participação de pesquisadores, gestores públicos e estudantes de diferentes instituições de ensino, reforçando seu compromisso com a produção de conhecimento crítico e o diálogo interdisciplinar.



Imagem: Mesa sobre Políticas Públicas com os debatedores Lígia Bahia (UFRJ), Waldeck Carneiro (UFF/FEERJ) e Terine Coelho (Fogo Cruzado), com mediação de Leandro Resende (CBN).



Apresentação do dossiê “Parlamento no Brasil”

O dossiê *Parlamento no Brasil* propõe uma reflexão sobre o papel do Legislativo. Em meio ao esgotamento das fórmulas de governabilidade e à crescente judicialização da política, o Parlamento tornou-se o epicentro das disputas entre Poderes e da redefinição dos pactos que estruturam o sistema político. Se, nas últimas décadas, o presidencialismo de coalizão constituiu a engrenagem que garantiu a estabilidade institucional, hoje se observa um deslocamento de poder que aproxima o Legislativo de uma condição de autonomia inédita e uma tendência do Congresso de operar a partir de sua própria lógica de reprodução, desconectando-se gradualmente tanto do Executivo quanto das preferências populares que deveria representar.

Essa tendência tem raízes históricas profundas. Desde o Império, a representação política no Brasil oscilou entre a centralização estatal e a força das elites locais. O Senado

vitalício e o voto censitário do período monárquico asseguravam o predomínio das oligarquias regionais, que, na Primeira República, consolidaram um federalismo oligárquico baseado na política dos governadores e na autonomia das máquinas estaduais. Como demonstrou Luiz Werneck Vianna (1997), o Estado brasileiro se construiu em tensão permanente entre projetos centralizadores e a reprodução de poderes locais, um traço que atravessou regimes e constituições. Durante o Estado Novo, reduziu a autonomia parlamentar, mas também institucionalizou o Estado moderno, ampliando a presença estatal sobre o território.

O processo de redemocratização política e a Constituição de 1988 inauguraram um novo momento das instituições políticas brasileiras, com o fortalecimento simultâneo do Executivo e do Legislativo. Era preciso lidar com o diagnóstico de ingovernabilidade devido à fragmentação



partidária, ao aumento do número de partidos e a uma possível paralisa decisória (Figueiredo e Limongi, 2001) do novo arranjo institucional. Foi necessário demonstrar que, mesmo em um sistema multipartidário, as instituições poderiam produzir estabilidade e cooperação entre Executivo e Legislativo, desde que houvesse mecanismos eficazes de controle da agenda e de coordenação.

Sérgio Abranches desenvolveu o conceito de *presidencialismo de coalizão*. Nesse arranjo, o presidente governa por meio da formação de coalizões partidárias, oferecendo os Ministérios e as verbas controladas por eles em troca de apoio legislativo no Congresso. Figueiredo e Limongi (2001) mostraram que o sistema não se baseia na anarquia parlamentar, mas em um conjunto de mecanismos institucionais que produzem disciplina e cooperação: controle de

agenda, centralização nos líderes partidários e poder orçamentário do Executivo. Por mais de duas décadas, esse equilíbrio garantiu estabilidade e previsibilidade à política brasileira.

Nos anos recentes, porém, a arquitetura da coalizão começou a ruir. As mudanças constitucionais que tornaram impositivas as emendas parlamentares (EC 86/2015 e EC 100/2019) ampliaram a autonomia financeira do Congresso, reduzindo a capacidade de coordenação do Executivo e fragmentando a execução orçamentária. O Legislativo, que antes compartilhava o poder, passou a disputá-lo. A “PEC da Blindagem”, ao pretender limitar o alcance de decisões judiciais e fortalecer prerrogativas parlamentares, sintetiza esse movimento de autorreferência institucional. Trata-se de um marco simbólico de inflexão: o momento em que o Parlamento deixa de apenas

reagir à crise do presidencialismo de coalizão e passa a reordenar o sistema político a partir de seus próprios interesses corporativos.

O solipsismo parlamentar emerge, assim, como uma nova forma de desequilíbrio. Diferentemente de experiências latino-americanas marcadas pelo hiperpresidencialismo, o caso brasileiro revela o fortalecimento de um Legislativo que acumula prerrogativas orçamentárias, capacidade de veto e instrumentos de pressão, mas sem redefinir seu vínculo representativo com a sociedade. O aumento do número de cadeiras, a anistia partidária e a proliferação de emendas impositivas ilustram um afastamento entre a arena institucional e as demandas populares. Nesse vácuo, o campo progressista tenta recuperar a capacidade de canalizar energias transformadoras — em especial aquelas que expressam sentimentos de crítica às elites políticas —, enfrentando, ao mesmo tempo, a ascensão de projetos autoritários e o fechamento do sistema representativo.

O processo é ambíguo. Enquanto o populismo de direita, em diversos países, tem se traduzido em hiperconcentração de poder no Executivo, no Brasil, o ciclo recente produziu o efeito inverso: o empoderamento do Legislativo. A partir de 2019, a execução orçamentária passou a ser controlada

em larga medida por parlamentares, por meio de transferências diretas e das chamadas “emendas de relator”. Essa descentralização do gasto público, embora possa ser vista como expressão federativa, tem reforçado desigualdades regionais e ampliado a fragmentação programática. O resultado é um sistema político no qual cada ator maximiza ganhos locais, em detrimento de uma coordenação nacional.

Parlamento ativo e reativo: conceitos e indicadores

Nos termos clássicos de Figueiredo e Limongi (1999; 2007), posteriormente desenvolvidos por Pinheiro, Falconi e Vieira (2024), um parlamento reativo é aquele que atua predominantemente em resposta às iniciativas do Executivo, com baixa capacidade de definir agenda legislativa e forte dependência dos mecanismos presidenciais de coordenação de coalizão. Já um parlamento ativo se caracteriza pela predominância da autoria parlamentar nas leis sancionadas, pela centralidade das comissões técnicas na divisão do trabalho legislativo (Santos; Almeida, 2011, p. 19–20), pelo aumento das emendas bem-sucedidas a proposições do Executivo e pela ampliação do controle sobre instrumentos orçamentários e de formulação normativa.

Para medir a relação entre os dois Poderes, Legislativo e Executivo, a

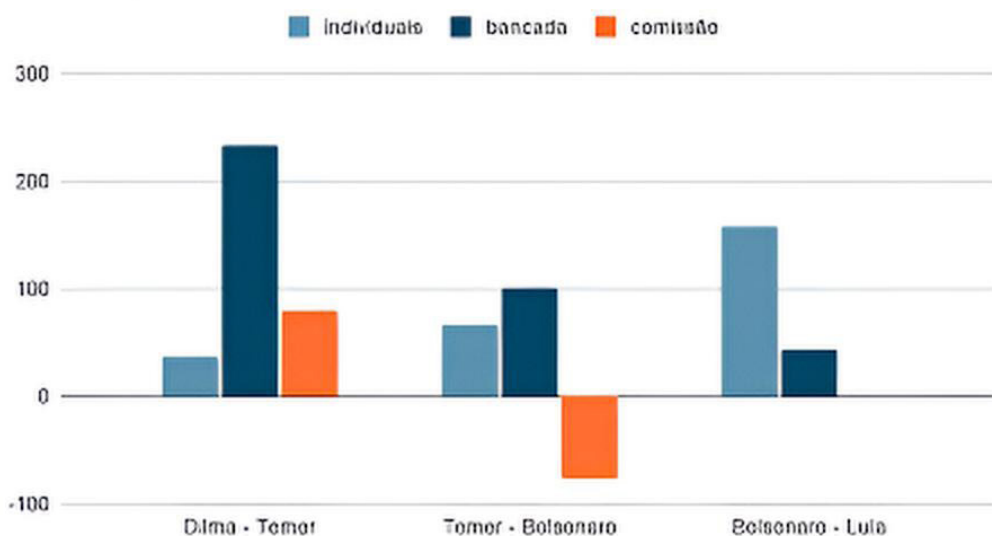
literatura utiliza dois indicadores complementares. A taxa de dominância corresponde à proporção de leis aprovadas de iniciativa do Executivo em relação ao total de normas sancionadas em determinado período. Já a taxa de sucesso expressa a razão entre os projetos enviados pelo Executivo que se tornam lei e o número total de proposições apresentadas por esse Poder. Taxas elevadas de dominância e sucesso indicam centralização normativa no Executivo; sua redução sinaliza maior ativismo legislativo. Entre 1988 e meados dos anos 2000, a taxa média de dominância alcançou aproximadamente 85% e a de sucesso 70%, evidenciando um Legislativo fortemente reativo (Pinheiro; Falconi; Vieira, 2024).

A partir de 2015, no entanto, observa-se uma inflexão nesse padrão.

Pinheiro, Falconi e Vieira (2024) apontam a redução gradual das taxas de dominância e sucesso do Executivo, acompanhada da queda no uso e aprovação de medidas provisórias e do aumento da autoria parlamentar em proposições sancionadas. Izumi (2025) problematiza essa interpretação ao demonstrar que cerca de 13% dos projetos de lei propostos pelo Executivo entre 2003 e 2023 derivaram de iniciativas parlamentares anteriores, evidenciando a capacidade legislativa de influenciar a agenda governamental mesmo quando suas proposições não são aprovadas formalmente. Durante o governo Bolsonaro, esse percentual caiu a 8,5%, possivelmente em decorrência do aumento do protagonismo parlamentar direto na formulação legal.

Esse deslocamento estrutural resulta de um conjunto de trans-

EVOLUÇÃO PERCENTUAL DAS EMENDAS POR TIPO



Fonte: Relatório As emendas Parlamentares no Brasil e no Mundo - Lappcom

1 2% da RLC são destinadas as Emendas Individuais e 1% as Emendas de Bancadas. (Goulart, 2025b)

formações institucionais recentes. A proibição do financiamento empresarial de campanhas (STF, ADI 4650/DF, 2015) restringiu o acesso das legendas a recursos privados, reforçando a centralidade dos recursos públicos na disputa eleitoral e levando à criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). Nesse contexto, as emendas parlamentares adquiriram função decisiva: além de assegurar recursos às bases eleitorais, passaram a conferir ao Legislativo controle sobre parcelas crescentes do orçamento federal — atualmente equivalentes a até 3% da Receita Corrente Líquida¹, o que representa aproximadamente R\$ 50 bilhões previstos para 2025 (Goulart, 2025b).

Simultaneamente, a adoção da cláusula de barreira e a proibição das coligações proporcionais (Lei 13.165/2015; EC 97/2017) reduziram a dispersão partidária e estimularam a formação de federações, permitindo a sobrevivência de siglas menores mediante compromissos programáticos e disciplina conjunta (Paolino, 2025). Ainda que contribuam para diminuir o número efetivo de partidos, essas mudanças reforçam o poder das legendas maiores no interior das federações, concentrando recursos, cargos e aumentando a capacidade de barganha partidária (Goulart, 2025a).

O efeito combinado dessas reformas é a ampliação da auto-

nomia financeira e política do Legislativo, que, ao controlar tanto o financiamento público de campanha quanto fatias significativas do orçamento, passa a operar com racionalidade própria. Tal configuração alimenta processos de captura orçamentária e aprofunda aquilo que o relatório denomina solipsismo legislativo (Goulart, 2025b): uma forma de autorreferência institucional que fragiliza a coordenação federativa e ameaça a lógica republicana de provisão universal de direitos.

O dossiê interpreta, assim, o Parlamento brasileiro como espelho das contradições da democracia contemporânea — tensionada entre conflito federativo, cálculo eleitoral e pressão por legitimidade social. Os textos que compõem este volume exploram essas dinâmicas sob diferentes perspectivas. O texto de Cristiano Rodrigues analisa a atuação do Parlamento na consolidação — e na contestação — dos direitos das minorias, evidenciando a ambivalência institucional dessa arena como espaço simultâneo de avanço e reação. O artigo de Elton Teixeira examina o funcionamento e os dilemas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, destacando os efeitos da autonomização parlamentar na esfera estadual.

O texto de Paulo D'Ávila e Vladimir Jorge, produzido no âmbito do Locus, investiga a política local e os padrões de representação nas câmaras municipais, evidenciando

os impactos territoriais da fragmentação partidária. As entrevistas com as professoras doutoras Dani Balbi e Tatiana Roque discutem, respectivamente, suas experiências de atuação parlamentar e os desafios de gestão institucional em um contexto de esgarçamento das coalizões e ascensão do poder do Legislativo.

Os relatórios produzidos pelo Lappcom — As Emendas Parlamentares no Brasil e no Mundo e As Federações Partidárias no Brasil — complementam este dossiê ao oferecer diagnósticos empíricos sobre a concentração orçamentária e as novas formas de coordenação partidária. Elaborados por estudantes de graduação em disciplinas eletivas de Instituições Políticas Brasileiras, os textos refletem o compromisso do Lappcom com a integração entre pesquisa, formação e extensão.

Mayra Goulart da Silva (mayragoulart@gmail.com) é doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DCP/UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Coordenadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM). Atualmente é Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ e coordenadora do

Observatório do Conhecimento.

Tayná Lima Paolino (taynapaolino@hotmail.com) é doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Mestre e Graduada em Ciência Política pela UNIRIO. Coordenadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM/UFRJ).

O Parlamento Brasileiro e a Garantia de Direitos das Minorias

Cristiano Rodrigues (DCP-UFG)

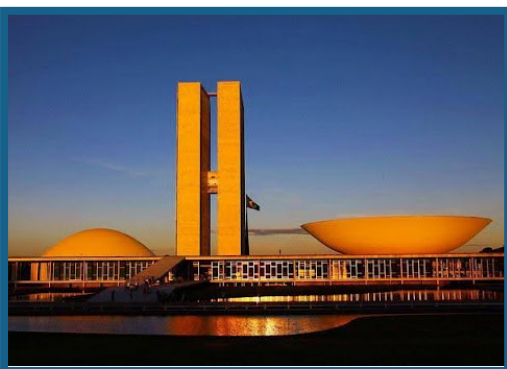
A trajetória de consolidação dos direitos das minorias no Brasil é profundamente marcada pela atuação do Parlamento, que, ao longo das últimas décadas, tem se configurado como um espaço ambivalente — simultaneamente de avanço e de resistência. Desde a redemocratização, o Congresso Nacional tem sido palco de disputas entre projetos de sociedade: de um lado, movimentos sociais, feministas, negros e LGBTQIA+ lutando pela ampliação da cidadania; de outro, forças conservadoras empenhadas em frear tais transformações. A história legislativa recente revela que, longe de ser um

ator passivo, o Parlamento tem sido central na construção — e contestação — das políticas de igualdade no país (Rodrigues 2020; Biroli 2018).

O início da institucionalização dos direitos de minorias

O processo de abertura política, entre o final dos anos 1970 e a Constituição de 1988, foi crucial para a emergência de uma agenda de direitos humanos no Legislativo. Nesse período, o movimento negro e o movimento de mulheres se organizaram para incidir sobre o novo pacto constitucional. A aprovação da Lei Afonso Arinos, ainda em 1951, já havia criminalizado práticas de discriminação racial, mas foi a mobilização da década de 1980 que consolidou o antirracismo como princípio constitucional. Um dos marcos do período, a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, realizada em 1986, resultou

Fonte: Governo Federal



em um documento que, debatido na Assembleia Nacional Constituinte, levou a duas conquistas históricas incorporadas à Constituição: o reconhecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível e o direito à titulação das terras quilombolas (Silvério 2005; Rodrigues 2020).

De forma semelhante, o movimento de mulheres, articulado por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e de organizações feministas, atuou intensamente junto à Assembleia Constituinte. Dentre as 122 emendas apresentadas, muitas foram incorporadas ao texto final: igualdade entre homens e mulheres, licença-maternidade e paternidade, proibição de discriminação salarial por sexo, raça ou estado civil e direito à amamentação no cárcere (Pinto 2003; Gonçalves e Abreu 2018). Essas conquistas marcaram a entrada das pautas de gênero e raça no texto constitucional e abriram caminho para legislações futuras.

A incorporação das demandas do então emergente movimento LGBTQIA+ à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) ocorreu de modo mais fragmentado e indireto do que no caso dos movimentos negro e de mulheres. Diante do baixo respaldo partidário, ativistas e organizações buscaram alianças específicas com parlamentares para viabilizar proposições no texto constitucional. A organização carioca Triângulo Rosa, por exemplo, articulou-se com o constituinte José

Genoino (PT-SP) para defender a inclusão de “orientação sexual” entre as hipóteses de discriminação vedadas no artigo 5º. A proposta acabou rejeitada pelo plenário, mas recebeu apoio integral dos deputados petistas presentes, evidenciando que, embora minoritária, a pauta já encontrava acolhida em segmentos da esquerda parlamentar (Marsiaj, 2006; Santos, 2016).

No mesmo período, a relação entre ativistas LGBTQIA+ e o PT passou por aproximações e tensões que ajudaram a moldar a inserção institucional da agenda. Em 1986, parte dos militantes que haviam trabalhado a pauta dentro do partido rompeu para fundar o Partido Verde (PV), enquanto outros, como Herbert Daniel, disputaram cargos eletivos pelo PT articulando agendas LGBT+ e ambientalistas (de la Dehesa, 2007; Santos, 2016). Em entrevista a de la Dehesa (2007), Fernando Gabeira relata ter sido cogitado para a vice na chapa de Lula em 1989, veto que atribui a resistências internas quanto ao seu “perfil” (Marsiaj, 2006; de la Dehesa, 2007). De todo modo, diferentemente do que ocorreu com o movimento negro, as reivindicações LGBT+ não lograram centralidade no programa petista naquela eleição, sinalizando limites à sua institucionalização naquele momento.

A consolidação de políticas de igualdade e a expansão legislativa (2003–2014)

O ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores (2003–2016) representou um momento de forte institucionalização das políticas de igualdade. A criação das secretarias especiais de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) deu novo fôlego à articulação entre sociedade civil e Estado. No Legislativo, essa conjuntura favorável resultou na aprovação de marcos legais fundamentais, como a Lei 10.639/2003 (ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena), a Lei Maria da Penha (2006), o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), a “PEC das Domésticas” (2013) e a Lei de Cotas (Leis 12.711/2012 e 12.990/2014) (Rodrigues e Pereira 2022; Bohn 2010).

Essas iniciativas materializaram a interseção entre a ação parlamentar e a pressão social. Bancadas temáticas e frentes parlamentares—como a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Mulheres e a Frente Parlamentar LGBT—ampliaram o debate público e promoveram avanços institucionais (Araújo 2001; Miguel e Feitosa 2009; Sacchet 2020). O Parlamento, nesse período, foi também um laboratório de inovação normativa, onde direitos de grupos historicamente marginalizados foram traduzidos em políticas concretas (Htun 2003; Biroli 2018).

Emergência e fortalecimento de frentes conservadoras

Entretanto, a consolidação dessas agendas provocou reações. Desde o final dos anos 1990, a presença crescente de parlamentares ligados a denominações evangélicas e católicas reorganizou o campo conservador. A criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003 deu forma institucional à oposição às pautas de gênero e sexualidade, articulando-se com meios de comunicação e lideranças religiosas nacionais (Machado 2020). Essa frente passou a atuar contra o direito ao aborto, à educação sexual e ao reconhecimento de uniões homoafetivas, mobilizando a retórica da “ideologia de gênero” como ameaça à família e à moral cristã (Santos e Modellmog 2019).

Paralelamente, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) consolidou os interesses do agronegócio, e, em aliança com a FPE e a bancada da segurança, conformou o bloco “Bíblia, Boi e Bala”. Essa aliança tornou-se um dos polos mais poderosos do Congresso, combinando conservadorismo moral e pragmatismo econômico. A sobreposição entre representação religiosa e setorial ampliou a influência dessas frentes em temas de direitos humanos, ambientais e de igualdade racial (Pompeia 2023; Teixeira e Biroli 2022).

Reações progressistas e polarização legislativa

Apesar do fortalecimento conservador, a atuação de parlamentares comprometidos com agendas de igualdade permaneceu significativa. Mulheres, negros e representantes LGBTQIA+ eleitos a partir dos anos 2000 formaram uma rede de representação descritiva que promoveu ações substantivas. A aprovação de leis como a do feminicídio (Lei 13.104/2015) e a ampliação de dispositivos protetivos da Lei Maria da Penha demonstram a persistência dessas coalizões pró-direitos.

Durante os governos Dilma Rousseff e Michel Temer, iniciou-se um processo de retração orçamentária e de desmonte de estruturas estatais voltadas à igualdade. No entanto, o Congresso manteve-se como arena ativa: se, por um lado, abrigava projetos que buscavam restringir direitos, como as tentativas de proibir o aborto em qualquer circunstância ou barrar discussões de gênero nas escolas, por outro lado, também processava projetos de expansão, como o reforço das cotas raciais e medidas protetivas para mulheres e LGBTQIA+. Esse cenário de coexistência e conflito consolidou o Legislativo como espelho das tensões da sociedade brasileira (Azevedo 2023).

O Congresso sob o

bolsonarismo: resistência e contradições

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 inaugurou uma ofensiva explícita contra as políticas de igualdade. O Executivo dismantellou conselhos participativos, cortou orçamentos e tentou reverter conquistas institucionais (Abers, Almeida, von Bülow. 2023; Carlos, Pereira, Rodrigues. 2025). Contudo, o Congresso mostrou-se mais resiliente do que o esperado. Estudos recentes indicam que, entre 2015 e 2022, o número de proposições legislativas relacionadas a direitos de minorias cresceu, tanto as progressistas quanto as restritivas (Buzolin e Cunha 2025; Luna 2023). Projetos que tentavam banir o debate de gênero em escolas coexistiam com outros que reforçavam políticas de igualdade racial e enfrentamento à violência doméstica.

Essa ambivalência reflete a pluralidade e a fragmentação da representação parlamentar brasileira. A presença ampliada de mulheres (de 9,9% para 15%) e de parlamentares negros (de 20 para 24%) entre 2015 e 2022 fortaleceu a defesa de direitos, enquanto a consolidação das frentes conservadoras institucionalizou a oposição. O resultado foi um Congresso profundamente polarizado, mas também capaz de conter o avanço autoritário do Executivo (Pereira 2018).

O Parlamento como arena da disputa democrática

A história recente demonstra que o Congresso brasileiro tem sido simultaneamente o principal canal de consagração e de contestação dos direitos das minorias. A cada ciclo de avanço — da criminalização do racismo à Lei Maria da Penha, do Estatuto da Igualdade Racial à jurisprudência sobre uniões homoafetivas — surgem contraofensivas que buscam restringir conquistas (Ramos e Nicoli 2023). No entanto, o caráter plural, multipartidário e aberto à pressão social do Legislativo tem garantido que a disputa se mantenha dentro de parâmetros democráticos.

O Parlamento, portanto, não é apenas um espaço de deliberação formal, mas uma arena viva de conflito político e moral, na qual se expressam as contradições de uma sociedade ainda profundamente desigual. Sua importância reside precisamente em sua capacidade de absorver e rearticular essas tensões, permitindo que a luta por direitos se traduza em debate público, mobilização e, eventualmente, em lei. Em tempos de ameaça às instituições democráticas, reconhecer o Congresso como campo de disputa — e não como obstáculo — é fundamental. É nele que as forças sociais encontram visibilidade e legitimidade, e é por meio dele que a expansão dos direitos continuará a ser possível. Assim, a consolidação

de um Parlamento plural e comprometido com a diversidade é condição indispensável para o aprofundamento da democracia brasileira e para que a busca pela igualdade continue a se traduzir em conquistas concretas.

Entre a crise e a governabilidade: o papel da Alerj na mediação a política estadual

Elton Teixeira Rosa Da Silva (PPGCS/UFRRJ)

Este artigo sintetiza os principais resultados da minha dissertação e busca oferecer um panorama do papel da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) como instância de mediação política e estabilização institucional no âmbito estadual, especialmente em momentos de crise ou de decisões estratégicas de grande impacto, a exemplo da privatização do BANERJ, em 1997; a implementação das cotas raciais nas universidades estaduais, em 2003; a institucionalização das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em 2009; e a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), em 2017.

Esses eventos marcam momentos decisivos na história política recente do Rio de Janeiro, caracterizados por intensos debates, negociações e conflito de interesses, onde a ALERJ desempenhou um papel crucial na mediação entre forças políticas divergentes e na consolidação de decisões

que impactaram profundamente o cenário político, econômico e social do estado. Cada um desses episódios representa um marco de inflexão, no qual a Assembleia não apenas acompanhou os acontecimentos, mas foi, de fato, protagonista em sua configuração e desfecho. (Teixeira, 2025)

Embora a literatura política brasileira costume enfatizar o protagonismo do Executivo e as dinâmicas nacionais no Congresso, as Assembleias Legislativas estaduais, — e, em particular, a ALERJ —, exercem funções relevantes na articulação política e na consolidação de projetos de governo, frequentemente à margem das análises acadêmicas tradicionais. No caso fluminense, a importância da ALERJ se relaciona diretamente com o peso político e econômico do estado, bem como com sua trajetória de instabilidade e reconfigurações ao longo das últimas décadas. Desde a redemocratização, a ALERJ tem atuado não apenas como espaço legislativo

formal, mas como arena de negociação entre Executivo, grupos econômicos e sociedade civil, sendo capaz de produzir consensos ou mediar conflitos que marcaram a história política recente do Rio de Janeiro.

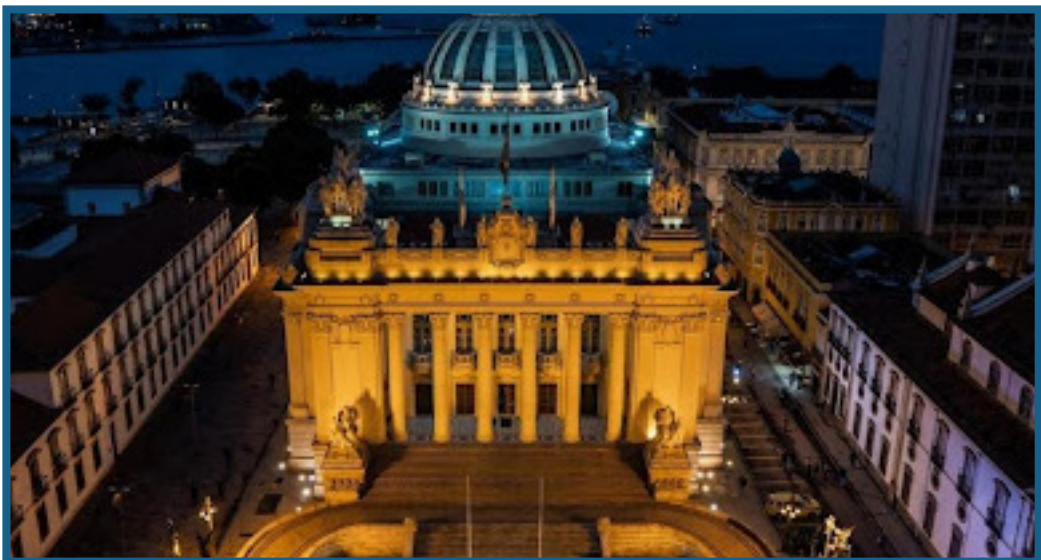
O Estado do Rio de Janeiro é um caso peculiar na política brasileira. Ao mesmo tempo em que possui elevada importância cultural no cenário nacional, economicamente vem apresentando uma decadência prolongada desde, conforme muitos estudos indicam, o processo de fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (Sobral, 2020).

Essa dicotomia engendra uma série de conflitos particulares na política fluminense. Há uma expectativa de projeção política nacional sempre alimentada pelos principais quadros partidários. Todos os governadores do Rio de Janeiro desde a redemocratização almejaram voos mais altos na estrutura política federal. Brizola foi

candidato à Presidência da República duas vezes (em 1989 e 1994). Sérgio Cabral liderou o projeto dos megaventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016) e alimentou um projeto de ser candidato a vice-presidente de Dilma Rousseff em 2014, o que o colocaria na linha de frente da sucessão presidencial de 2018. A ruptura entre o ex-governador Witzel e o ex-presidente Bolsonaro se deu justamente pelas pretensões do primeiro de ser candidato à Presidência, “roubando” a liderança da extrema-direita.

Contudo, todo o cenário da crise econômica e social no Estado — cuja principal face é a questão da violência urbana, com o crime organizado (seja na forma do tráfico de drogas, seja na forma das milícias) se apropriando de grandes parcelas do território em várias cidades, mas que também aparece em dimensões como desindustrialização, altas taxas de desemprego, entre outros —, acaba por minar esses planos nacionais.

Foto: Thiago Lontra/Divulgação Alerj



É nesse contexto que emerge o papel estabilizador da ALERJ. A ALERJ é composta por 70 deputados estaduais e conta com uma quantidade significativa de comissões permanentes, que, em tese, teriam a função de organizar e direcionar os debates legislativos sobre os mais variados temas. No entanto, apesar da ampla presença dessas comissões, com exceção das comissões Constituição e Justiça e de Orçamento e Finanças, as decisões mais relevantes dentro da Casa Legislativa são tomadas pela Mesa Diretora, o que evidencia a centralização do poder institucional nas mãos de poucos membros, em detrimento de uma distribuição mais

ampla entre os deputados. Essa centralização tem implicações profundas nas dinâmicas de poder, já que a capacidade de influência e decisão sobre os temas prioritários no estado do Rio de Janeiro está concentrada em uma pequena elite parlamentar, enquanto o restante dos parlamentares exerce uma função de menor relevância nas grandes deliberações.

A análise das Mesas Diretoras entre 1979 e 2023 permite identificar padrões de continuidade e alternância política. O PMDB (atual MDB) assumiu posição hegemônica a partir de 1995, mantendo-se na presidência da Casa até 2017, por meio de lideranças como Sérgio Cabral,

Quadro 1

Política no Rio de Janeiro de 1982 a 2022

| Ano | Governador | Ano | Presidente ALERJ |
|-----------|---|-----------|------------------------------------|
| 1982-1986 | Leonel Brizola – PDT | 1984-1987 | Paulo Ribeiro/Eduardo Chuany – PDT |
| 1987-1990 | Moreira Franco – PMDB | 1987-1990 | Gilberto Rodrigues – PMDB |
| 1990-1994 | Leonel Brizola – PDT | 1990-1994 | José Nader – PDT |
| 1995-1998 | Marcelo Alencar – PSDB | 1995-1998 | Sérgio Cabral – PSDB/PMDB |
| 1999-2002 | Anthony Garotinho – PDT Benedita da Silva – PT | 1999-2002 | Sérgio Cabral – PSDB/PMDB |
| 2003-2006 | Rosinha Garotinho – PSB | 2003-2006 | Jorge Picciani – PMDB |
| 2007-2010 | Sérgio Cabral – PMDB | 2007-2010 | Jorge Picciani – PMDB |
| 2011-2014 | Sérgio Cabral – PMDB | 2011-2014 | Paulo Melo – PMDB |
| 2015-2018 | Luiz Fernando Pezão – PMDB | 2015-2017 | Jorge Picciani – PMDB |
| 2015-2018 | Luiz Fernando Pezão – PMDB | 2018 | André Ceciliano – PT |
| 2019-2022 | Wilson Witzel – PSC | 2019-2020 | André Ceciliano – PT |

Fonte: Elaboração Própria

Jorge Picciani e Paulo Melo. Esse longo ciclo foi marcado por estabilidade política e concentração de poder, com o partido exercendo influência decisiva nas articulações internas e no controle da Assembleia. Antes desse período, houve alternância entre PDT e PMDB nas décadas de 1980 e início dos anos 1990, revelando um ambiente mais competitivo. A estabilidade posterior baseou-se em coalizões amplas envolvendo PMDB, PT, PSD, PSB, PSDB, PR e PL, que garantiram a governabilidade por meio da ocupação de cargos estratégicos na Mesa Diretora, distribuição de posições e composição multipartidária.

Como pode-se observar, esses padrões históricos indicam que a estabilidade da ALERJ foi alcançada, em grande parte, pela continuidade de lideranças e pela manutenção de coalizões duradouras, mesmo diante de mudanças partidárias e crises políticas. Essa engenharia institucional possibilitou a manutenção de uma base parlamentar sólida de apoio aos governos, mesmo diante de crises econômicas, políticas e fiscais. A ALERJ funcionou como elemento estabilizador, ainda que essa estabilidade tenha se sustentado na concentração de poder em grupos específicos e em práticas políticas centralizadoras. A análise de quatro casos emblemáticos, a privatização do Banerj (1997), a

implementação das cotas raciais nas universidades estaduais (2003), a institucionalização das UPPs (2009) e a privatização da Cedae (2017), permite compreender concretamente como a Assembleia atuou em momentos decisivos, seja legitimando políticas, ajustando interesses ou enfrentando conflitos sociais e políticos intensos.

A privatização do Banerj ocorreu em 1997, no governo Marcello Alencar, em um contexto de reestruturação neoliberal do estado. A disputa política foi marcada pelo confronto entre tucanos e pedetistas, com resistência de setores sindicais e de parte da oposição. A ALERJ teve papel decisivo na aprovação do projeto, garantindo sustentação parlamentar à agenda governamental e viabilizando a operação. A votação consolidou a força da base aliada e mostrou a capacidade da Assembleia de articular apoio em torno de medidas estratégicas do Executivo, mesmo diante de contravérsias públicas.

A aprovação da política de cotas raciais nas universidades estaduais, em 2003, representou um marco pioneiro no cenário nacional. A medida foi debatida intensamente na ALERJ, mobilizando parlamentares, movimentos sociais e setores conservadores, o que demonstrou a capacidade da instituição de legitimar políticas de inclusão social e de antecipar debates que, posteriormente, ganhariam repercussão nacional.

Em 2009, no contexto de reorganização da política de segurança pública

e fortalecimento do governo Sérgio Cabral, a institucionalização das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) foi submetida à ALERJ com forte apoio empresarial e midiático e foi incorporada à agenda legislativa como medida estratégica para o estado. A Assembleia forneceu a base legal e orçamentária para a implementação das UPPs, funcionando como correia de transmissão das iniciativas do Executivo e garantindo legitimidade institucional ao projeto, expondo a capacidade da ALERJ de operar como instância de sustentação política para programas governamentais amplos, especialmente quando contam com respaldo social e econômico.

Por fim, a privatização da Cedae, em 2017, no governo Luiz Fernando Pezão, ocorreu em um ambiente de grave crise fiscal e de intervenção federal, marcado por intensas manifestações populares, repressão policial e forte polarização política. Mesmo assim, a ALERJ aprovou a medida, reafirmando sua função de sustentação ao Executivo e viabilizando decisões impopulares em um cenário de contestação social significativa. A Assembleia manteve-se como eixo estabilizador, garantindo a aprovação de reformas estruturais em meio a um quadro de deslegitimação política e crise de confiança nas instituições estaduais.

Os quatro casos revelam diferentes formas de atuação da ALERJ, como agente de viabilização de políticas de

ajuste econômico; promotora de inovações sociais; legitimadora de programas governamentais amplamente apoiados e sustentadora de medidas impopulares em contextos críticos; exercendo papel decisivo para a consolidação de projetos governamentais e para a mediação de interesses em disputa.

A estabilidade institucional da ALERJ ao longo das últimas décadas atravessou diferentes ciclos políticos — do brizolismo ao neoliberalismo, do lulismo ao bolsonarismo —, sem perda de centralidade, o que demonstra a capacidade de formar coalizões amplas, manter lideranças estáveis e articular executivo e sociedade civil, garantindo sua posição como arena estratégica da política fluminense. Essa estabilidade, porém, assentou-se em arranjos concentrados de poder, alianças duradouras e práticas que favoreceram grupos específicos, configurando um padrão próprio de funcionamento político no estado. Tal dinâmica evidencia, simultaneamente, a resiliência institucional da ALERJ e os limites de um modelo centralizado que, embora tenha assegurado governabilidade em contextos de crise, também dificultou a renovação e a ampliação da participação política.

Essa ambivalência remete à reflexão de Wanderley Guilherme dos Santos (2017) sobre a possibilidade de redefinições profundas

do regime ocorrerem no interior das próprias instituições representativas, sem necessidade de ruptura aberta, dinâmica que ele denominou de “golpe parlamentar”. No caso fluminense, embora não se trate de uma ruptura institucional, os processos de mediação política e estabilização institucional na ALERJ revelam como o Legislativo pode atuar como instância estratégica de manutenção, ruptura ou recomposição de poder em contextos críticos e diversos. Compreender essa ambivalência é essencial para analisar os rumos da política fluminense e os desafios futuros de democratização e transparência. A ALERJ permanece como ator-chave, pilar de estabilidade e expressão das tensões estruturais que marcam a trajetória política do Rio de Janeiro.

Apontamentos sobre estudos do Poder Local, Câmara Municipal do Rio de Janeiro e as Contribuições do Locus

Paulo d’Avila* e Vladimyr Lombardo Jorge

É frequente a afirmação de que prefeitos e vereadores atuam como representantes mais próximos da população. Nessa perspectiva, desconsiderar a política local é negligenciar uma dimensão da experiência democrática. As decisões tomadas no âmbito municipal influenciam diretamente a vida cotidiana, tanto quanto aquelas oriundas das esferas estadual ou federal. Ainda assim, a política local ocupa lugar marginal na produção acadêmica brasileira (ALVES, 2025; MENDES e D’AVILA, 2024). Em termos mais precisos, o funcionamento efetivo da política municipal e, por extensão, da própria democracia local, permanece pouco compreendido. São escassos os estudos que investigam com profundidade como essas decisões são elaboradas, como repercutem na percepção dos cidadãos e que efeitos produzem na

confiança nas instituições democráticas. Este texto trata dos esforços para lançar luz sobre uma temática historicamente negligenciada nas agendas de pesquisa da ciência política no Brasil, com foco no estado e na cidade do Rio de Janeiro.

Uma iniciativa importante nesse sentido é a criação de laboratórios de pesquisa dedicados ao poder local, especialmente quando articulados em redes de cooperação. Tais espaços oferecem um ambiente institucionalizado e interdisciplinar voltado à realização de pesquisas, cujos frutos se manifestam na promoção de eventos e na produção de textos acadêmicos. Além disso, promovem a formação qualificada de pesquisadores, estimulando a integração entre ensino, pesquisa e extensão. A reativação do Locus – Laboratório de Estudos de Poder Local insere-se nesse cenário,

1 Professor e pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/PPFH/UERJ).

2 Professor e pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

refletindo uma preocupação e um compromisso interinstitucional com a produção de conhecimento rigoroso sobre política local.³ O laboratório resulta de uma trajetória intelectual iniciada há aproximadamente 23 anos na PUC-Rio.

Após quase uma década de inatividade, o Locus foi reativado em 2023 com a pesquisa “Monitoramento e Análise da Produção Legislativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro no Século XXI”. A primeira fase da investigação gerou os seguintes produtos: banco de dados inédito da produção legislativa e não legislativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (2011-2024), para ampliar a análise do trabalho dos vereadores; levantamento bibliográfico da produção acadêmica sobre a Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1985-2024); Guia Prático do Regimento Interno, com versão resumida, linguagem acessível e glossário de termos técnicos; Guia da Lei Orgânica Municipal, focado nas disposições que definem a relação entre os poderes e suas atribuições, com ênfase no legislativo; e o Manual de Participação Popular, com orientações para a interação da sociedade com a casa legislativa.

No Locus, sob orientação do professor Paulo d’Avila, o estudo bibliográfico desenvolvido por Vitória de Moura Alves (2024) identificou apenas

25 trabalhos acadêmicos dedicados à Câmara Municipal do Rio. O número, aquém do esperado dada a relevância política da cidade, sinaliza a carência de estudos sobre o Legislativo carioca. Novas pesquisas estão em andamento, como o estudo de Ariene Carlos Castilho Pereira, sob orientação de Vladimyr Lombardo Jorge, sobre a atuação dos vereadores cariocas, com foco no tema da educação.



Fonte: Acervo do Arquivo Nacional

Para mitigar lacunas na ciência política, o Locus estabeleceu parcerias com laboratórios como o NEPOL – Núcleo de Estudos de Política Local (UFJF), coordenado pela professora Marta Mendes. Dessa colaboração, destacam-se o artigo “Política Local e Câmaras Municipais: considerações acerca das representações políticas no nível local”, de Paulo d’Avila e Marta Mendes, e o texto “Antes vereadores, agora candidatos a prefeito”, de Paulo d’Avila, Vladimyr Lombardo Jorge e Nicolaj Eleutério, publicado no Instagram do NEPOL, além de outras pesquisas em andamento.

3 A produção iniciou-se com pesquisas e publicações relevantes, como o artigo *Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004*, publicado em 2014 na Revista de Sociologia e Política.

O Locus mantém parcerias com outros grupos para pesquisas em andamento: Leppem (UFRRJ), coordenado por Nelson Rojas de Carvalho, no projeto “Conceitualizando e Medindo a Democracia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro” (FAPERJ); Núcleo de Gênero, Identidade e Feminismo (BELAS/UFF- -Angra), sob coordenação de Priscila Hermínia Riscado, com o projeto sobre gênero, violência e capacidades estatais em Angra dos Reis; e o CEED (UERJ), coordenado por Floriano José Godinho, para a “Revisão do Plano Diretor de Piraí”, a pedido da prefeitura municipal.

Espera-se que a rede continue a crescer, reunindo uma equipe diversa e interdisciplinar, capaz de dialogar com experiências internacionais e enfrentar os desafios da análise da política local em diferentes contextos.

Entrevistas

Dani Balbi

Deputada estadual na ALERJ pelo PCdoB

Fonte: Site oficial ALERJ



I. Caminhos até o Parlamento e vivência legislativa

Minha trajetória política começa na adolescência. Aos 15 anos, na Escola Técnica Estadual Oscar Tenório, me envolvi no grêmio para lutar pelo passe livre estudantil. Ali compreendi que direitos só se mantêm e ampliam com organização coletiva. Esse foi meu primeiro contato com a militância, na União da Juventude Socialista, e com a ideia de que a edu-

cação precisa ser pública, gratuita e de qualidade.

Na UFRJ, continuei atuando no movimento estudantil, especialmente durante o debate do ReUni, que ampliou vagas e possibilitou maior inclusão no ensino superior. A resistência ao programa — muitas vezes baseada em visões elitistas sobre quem “pode” ocupar a universidade — marcou minha formação política e acadêmica. Concluí graduação, mestrado e doutorado, sempre refletindo sobre a articulação entre a universidade, o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades.

Ao longo desse percurso, a minha militância se expandiu para outros campos: cultura, movimento de mulheres, movimento negro e movimento LGBTQIA+. Isso moldou uma compreensão fundamental: não há desenvolvimento econômico sem

enfrentamento das opressões que estruturam a sociedade brasileira.

Em 2018, fui provocada por colegas e militantes a apresentar uma candidatura que defendesse ciência, tecnologia e direitos sociais como pilares de um projeto de país. No mandato, venho trabalhando para traduzir essas pautas estruturantes em políticas públicas que melhorem a vida concreta das pessoas — essa é, afinal, a finalidade da política.

O Parlamento exige articulação e estratégia. Os limites institucionais existem, mas há espaço para produzir mudanças relevantes quando se tem compromisso com o interesse público.

II. Conflito entre projeto nacional e mediações locais

No nível estadual, é decisivo combinar as necessidades do território com diretrizes mais amplas de desenvolvimento nacional. O Rio de Janeiro sofre com crise fiscal prolongada, dependência de poucos setores econômicos e perda de capacidade industrial. Isso afeta diretamente a qualidade dos serviços públicos e a geração de empregos.

O fortalecimento da cadeia do petróleo — especialmente o refino e a produção de derivados — pode reduzir custos, gerar valor agregado localmente e reativar postos de trabalho. O mesmo vale para a retomada da indústria naval e para a utilização do gás associado como matriz ener-

gética para reindustrializar áreas estratégicas, desde que respeitando parâmetros ambientais.

Essas escolhas estruturais precisam estar alinhadas a políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação. Só assim o Estado pode aumentar a arrecadação, melhorar sua capacidade de investimento e oferecer respostas mais sólidas às demandas sociais.

III. Governabilidade, coalizões e a crise dos pactos

Nos últimos anos, o Legislativo ganhou maior poder sobre o orçamento, especialmente com as emendas impositivas. Embora esse mecanismo tenha surgido para democratizar a alocação de recursos, ele também tem fragmentado a execução das políticas públicas e reduzido a capacidade de planejamento do Executivo.

No Rio de Janeiro, a proximidade entre Legislativo e Executivo ainda é grande, mas a tendência nacional é clara: cada gabinete passa a operar como um pequeno “executivo”, com agendas próprias e pouca coordenação institucional.

Isso pode gerar dificuldade de diálogo, instabilidade e um Parlamento menos voltado para pautas estruturantes. Não se trata de suprimir emendas, mas de garantir transparência, prioridade ao planejamento e coerência com políticas de longo prazo.

IV. Democracia, representação e mediação institucional

O Parlamento ainda está distante da diversidade do povo brasileiro. Mulheres, pessoas negras, população LGBTQIA+ e trabalhadoras e trabalhadores em geral encontram barreiras materiais e simbólicas para ocupar esse espaço. O resultado é uma representação limitada e, em muitos casos, hostil a agendas de inclusão.

Experiências como mandatos coletivos, redes de escuta e participação territorial são contribuições importantes para renovar a política, ampliar vozes e incentivar maior accountability junto à sociedade. A democratização do Parlamento passa também por enfrentar o peso do poder econômico nas eleições e por discutir, com seriedade, reformas que tornem o sistema eleitoral mais justo e menos dependente de nichos políticos tradicionais.

V. Tensões contemporâneas e alternativas de futuro

Vivemos um contexto em que o Executivo, quando busca promover justiça fiscal e redistribuição de renda, enfrenta forte resistência legislativa. Muitas vezes, essa resistência traduz a defesa de interesses econômicos concentrados, que encontram eco em discursos da extrema direita baseados em desinformação, perseguições identitárias e apelo ao conservadorismo.

O desafio imediato é reconstruir maiorias comprometidas com políticas sociais e desenvolvimento sustentável. Isso exige diálogo com diferentes setores da sociedade e, sobretudo, reconexão com a classe trabalhadora — inclusive aquela que, por condições precárias e fragmentação social, não se reconhece como classe.

É preciso disputar o cotidiano, as redes e os afetos. Defender direitos exige também comunicar esperança, explicar escolhas econômicas e mostrar que políticas redistributivas beneficiam a maioria. Tempos difíceis, sim. Mas são também tempos de reencontro com o sentido da política: garantir que todos tenham oportunidade de viver com dignidade e participar das decisões que moldam o país.

Tatiana Roque

Vereadora no Rlo de Janeiro pelo PSB

Fonte: Site oficial Tatiana Roque



I. Caminhos até o Parlamento e vivência legislativa

Como foi sua trajetória até se tornar parlamentar? Quais obstáculos enfrentou e quais apoios ou redes foram fundamentais nesse caminho?

Depois de assumir um mandato, o que mais te surpreendeu na rotina e nas possibilidades (ou limites) de atuação dentro do Legislativo?

O passo fundamental para me tornar parlamentar foi ter presidido

o sindicato dos professores da UFRJ. Segui, portanto, um caminho bastante tradicional: o da militância sindical à candidatura, representando, nesse caso, a área das universidades. Depois de assumir o mandato, não posso dizer que me surpreendi muito, mas percebi que a atuação do Legislativo é bastante limitada — especialmente no âmbito municipal. As possibilidades de ação são reduzidas, embora talvez não seja o caso de afirmar isso de forma tão direta.

II. Conflito entre projeto nacional e mediações locais

O Parlamento brasileiro sempre foi marcado por fortes vínculos locais e segmentações setoriais. Como essa lógica territorializada impacta a possibilidade de formular projetos nacionais mais integradores?

Como articular, na prática legislativa, demandas locais legítimas com pautas estruturantes que tocam a redistribuição, os direitos sociais e a justiça fiscal?

No caso do projeto nacional, no Rio de Janeiro é possível atuar de maneira significativa, ainda que por meio de mecanismos de correlação e articulação que ampliem a força dos projetos com dimensão nacional. O Rio é uma cidade com caráter muito nacionalizado, o que faz com que as mediações locais assumam um papel distinto em comparação a outros contextos municipais.

III. Governabilidade, coalizões e a crise dos pactos

Observamos, especialmente no nível federal, um esgotamento da lógica clássica de coalizão. Na sua experiência, como esse cenário se reflete no Legislativo estadual ou municipal?

Você percebe um aumento da autonomia do Legislativo frente ao Executivo? Isso tem significado maior capacidade de proposição ou apenas mais fragmentação e bloqueio?

No caso do Legislativo municipal, há uma forte vinculação com o Executivo. As câmaras municipais costumam ser muito próximas dos prefeitos, o que limita bastante sua autonomia. Não percebo, portanto, um aumento significativo da independência do Legislativo em relação

ao Executivo — especialmente nesse nível de governo.

IV. Democracia, representação e mediação institucional

O Parlamento ainda é visto por muitos setores como um espaço pouco permeável às transformações sociais e às novas formas de participação. O que mudou nos últimos anos e o que ainda precisa mudar?

Como você vê o papel dos mandatos coletivos, das redes de base e da escuta popular na renovação da forma de representar? Há alguma outra novidade que você gostaria de mencionar?

O Parlamento ainda é um espaço marcadamente masculino. É impressionante a dificuldade de garantir a presença de mulheres: atualmente, somos apenas onze entre cinquenta e um parlamentares. Além disso, o modo de fazer política continua sendo hostil às mulheres. Os mandatos coletivos surgiram como uma tentativa de romper com essa lógica, mas já demonstram certo esgotamento. O desafio central é ampliar as vozes presentes no Parlamento, trazendo novas vozes.

V – Tensões contemporâneas e alternativas de futuro.

A grande dificuldade de tornar o Parlamento mais inclusivo e democrático está na forma de eleger os representantes. Do modo como o sis-

tema eleitoral funciona hoje, o Parlamento tende a se reproduzir igual a si mesmo. O voto proporcional, da forma como é aplicado, mantém os representantes presos a nichos — e, no Brasil, esses nichos são muitas vezes formados por bolsões de vulnerabilidade. Nessas regiões, ainda prevalece uma lógica fisiológica na decisão do voto. Por isso, com o sistema atual, considero muito difícil promover mudanças estruturais na composição e na representatividade parlamentar.



A gráfica popular revolucionária de Coral Viajante

Pedro Sánchez¹⁰

A Galeria da Revista Versus No 13 traz o trabalho do coletivo Coral Viajante, formado pelos artistas visuais Larissa Nascimento da Purificação, Matias Isaac Faundez Tapia e Bastian Escarate Donoso, cuja pesquisa articula as tradições imagéticas e gráficas populares sulamericana e do nordeste brasileiro.

Sediado na cidade de Goiana (PE), localizada à 65 km da capital de Pernambuco, na divisa com o estado da Paraíba, o grupo tem como mídia primordial a xilogravura, embora lance mão de suportes alternativos como borrachas e linóleo para a realização das matrizes de gravura e desenvolva também trabalhos em pintura e grafites.

Meio milênar de reprodução de imagens, cujas origens remontam aos primeiros séculos da nossa era, a xilogravura é um fazer de espantosa versatilidade imagética, apesar de sua inegável simplicidade técnica: a partir de uma placa de madeira, uma matriz

é produzida, gravando (ou seja, retirando) linhas e formas e mantendo em relevo as áreas intocadas, que, depois de entintadas, transportam

para o papel (ou outro suporte) a imagem resultante. A xilogravura foi associada aos tipos móveis nos primórdios da imprensa, com os quais divide o mesmo princípio de impressão em relevo, e essa familiaridade facilitou a articulação de imagens à textos na crescente demanda por difusão de informações visuais

“Vemos a gravura como uma prática secular que permanece através de tradições familiares, literatura de cordel, agitações sociais, movimentos culturais e feiras gráficas, que possibilitam alcançar outros espaços de valorização do trabalho manual e autônomo, mesmo inseridos numa geração de muita tecnologia a gravura permite retornar a esse início”¹¹

¹⁰ Professor Associado do curso de Artes Visuais - Gravura

Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Design. Escola de Belas Artes - UFRJ

¹¹ Este e os outros trechos citados foram retirados de entrevista remota realizada no dia 12/09/2025.

que levou ao desenvolvimento da indústria gráfica global.

Alvo de controle cerrado por parte dos governos coloniais, cientes de sua potencialidade revolucionária, as práticas gráficas foram proibidas em todos os países da América Latina, tendo sido institucionalmente desenvolvidas apenas quando se fizeram convenientes como ferramentas da administração dominadora, mesmo assim, sob monitoramento restritivo, que, apesar de implacável, não se mostrou aparentemente capaz de evitar sua apropriação insurrecionista. Como narra Nelson Werneck Sodré, em seu clássico *História da imprensa no Brasil*, o México, primeiro país da América Latina onde a imprensa foi oficialmente permitida, sustentada como estratégia de gestão territorial, foi também o primeiro a se levantar pela independência (Sodré, 1999).

Insubordinação e resistência cultural são também chaves de leitura para a xilogravura popular brasileira, particularmente no estado de Pernambuco, onde tradições familiares - das quais a escola Borges é (apenas) a mais conhecida - são responsáveis pela sua difusão e atualização. Na literatura de cordel, origem desta tradição, as matrizes de madeira encontram-se associadas à tipografia, ilustrando capas de folhetos que, ao materializarem uma poesia oral arcaica, de praça pública (local onde se reúnem os cidadãos e onde se discute as questões da vida comu-

nitária), comentavam eventos folclóricos, sociais e políticos, manifestando forte tendência subversiva (embora também moralizante). A justaposição da xilogravura à tipografia no sistema produtivo dessas publicações evoca uma tecnologia visual manual, local e residual, testemunhando uma contínua tradição de resistência cultural, que se mantém ativa, muito embora a xilogravura tenha se descolado, sendo produzida e distribuída como estampa - como prática e objeto cultural - autônomos. (Cardoso, 2008; Sobreira, 1984).

E entre estes dois pólos gráficos, revolucionário e popular, constitui-se o território no qual Coral Viajante constrói sua atuação.

“A relação com a gravura pra gente veio de um ato coletivo para gerar propaganda ou agitação através da gráfica, demandando problemáticas sociais num contexto político, mais que uma peça de arte.

Começou através de amigos e espaços de ateliês abertos, também vindo da necessidade de expressar o incômodo social e a gravura permitia criar em quantidade essa mesma voz e essa mesma mensagem sem precisar de maquinários, utilizando as próprias mãos como ferramentas”.

O grupo se formou no ano de 2020, quando Matias e Bastian, ambos da cidade de San Bernardo, região metropolitana de Santiago do

Chile, foram para Recife (PE) participar de um encontro de grafite. Os amigos decidiram estender a viagem, subindo de ponto em ponto até o estado do Amazonas. No caminho, Larissa, nascida em Salvador (BA), se juntou aos dois - além da vira-lata Coral, que emprestou o nome ao recém formado coletivo. Mas logo a jornada seria interrompida pelo lockdown da pandemia de Covid-19, que levou o grupo a se situar na cidade de Goiana. Ali, os três começaram a produzir coletivamente, desenhando, gravando e imprimindo juntos.

Suas estampas mesclam referências à fauna e flora locais, elementos folclóricos, representações de cenas de trabalho e slogans revolucionários. Algumas obras são produzidas conjuntamente, à quatro ou seis mãos, num sistema de autoria compartilhada, outras, elaboradas individualmente, valorizando ao mesmo tempo os traços pessoais de cada um e a integralização da obra numa assinatura coletiva.

Em suas postagens nas redes sociais os membros do grupo nunca se expõem pessoalmente. Estão sempre por trás de máscaras, roupas e adereços emprestados das festividades populares locais que complementam o universo referencial do grupo.

“Morando num estado como Pernambuco, onde a tradição da xilogravura é valorizada, o ato de expor as gravuras nas ruas onde acontecem as manifestações culturais

nos aproximou muito desses movimentos, possibilitando retratar de forma presente o que estava sendo vivido, dando a importância e a valorização da manifestação através da gráfica e do estudo, trazendo a gravura além de uma forma estética, mas também como uma voz”.

Além de local de investigação artística, a rua é também espaço simbólico, meio de difusão cultural cuja apropriação garante a divulgação dos trabalhos. Para além dessa esfera, o Coral Viajante tem participado de festivais de arte impressa e publicação independente em diversas cidades do país, como Recife, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, eventos colaborativos que reúnem criativos de diversas áreas - design, literatura, fotografia, ilustração, produção editorial, artes visuais e, cada vez mais, gravura.

A feira, a praça, a rua, a rede: locais de circulação de imagens e objetos culturais que se colocam como espaços alternativos aos espaços instituídos, legítimos e legitimantes do campo da arte, locais também de insurgência política e cultural, de construção de outras narrativas.

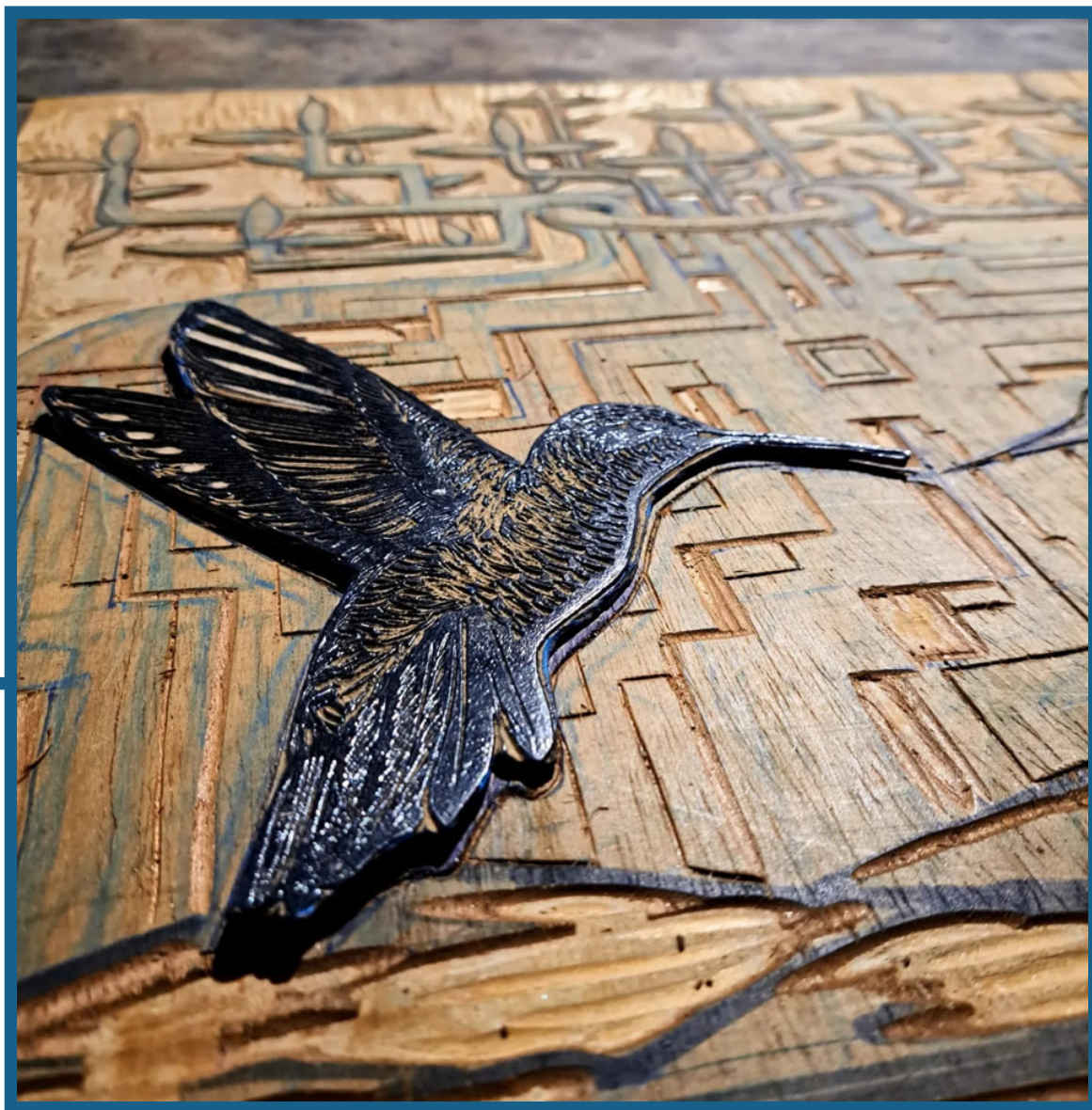




















MEIO

2025

AMBI ENTE



VERSUS



Transição energética

Gabriel Rosa e Luiz Fernando

Segundo dados do Balanço Energético (BEN) de 2025, divulgados pela Agência Gov, o Brasil tem hoje 88% de sua energia gerada a partir de fontes renováveis, destacando-se como um dos líderes no processo de transição energética em todo o mundo. Em solo brasileiro, matrizes energéticas como hidrelétricas, eólicas e solares ganham força como alternativas para substituir os combustíveis fósseis à base de carvão e petróleo. Apesar dos números positivos, o país ainda enfrenta desafios para garantir uma mudança justa e sustentável, como apontam especialistas.

De acordo com William Nozaki, gerente executivo de Gestão Integrada da Transição Energética da Petrobras, os resultados positivos da transição energética brasileira são fruto de uma construção histórica. Segundo ele, se trata de: “Um processo de construção de políticas públicas, de organização do mercado brasileiro, que vem desde os anos 70. O Brasil escolheu como caminho para a oferta de energia elé-

trica a hidrelétrica e o uso da água como fonte fundamental”.

Nozaki lembra que, no Brasil, 68% das emissões de gases de carbono estão ligadas à ocupação de terras e à atividade agropecuária do país. Por isso, defende que: “Para fazer com que o Brasil altere o ponteiro do clima nesse momento de mudança climática, é fundamental que tenham ações concentradas na redução de emissões ligadas ao desmatamento, ao uso e ocupação do solo de maneira indevida e às atividades ilegais ou predatórias relacionadas à agropecuária e à mineração.”

O avanço das fontes renováveis também enfrenta outro desafio: conciliar segurança energética e sustentabilidade ambiental diante de um cenário de consumo crescente. “A demanda por energia no mundo não para de crescer. Não há nenhum sinal de que a nossa sociedade, o nosso padrão de consumo, vá nos levar nos próximos anos ou nas pró-



ximas décadas a qualquer redução da quantidade do consumo de energia”, observa Nosaki. Ele lembra que o aumento de equipamentos conectados, às mudanças climáticas e o avanço da inteligência artificial intensificam o consumo de energia, sobretudo nos centros de processamento de dados, onde são utilizadas grandes quantidades de energia e água para armazenar informações.

As tecnologias envolvidas na extração de energias de fontes renováveis também trazem desafios. A geração eólica e solar dependem de condições naturais favoráveis, sujeitas a variações diárias de vento e luz, o que impacta a estabilidade da produção. Além disso, os custos tecnológicos elevam o preço final da energia.

Clarice Ferraz, Professora da Escola de Química da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora associada do Grupo de Economia de Energia (GEE) do Instituto de Economia da UFRJ, alerta que a política de transição energética brasileira ainda é ecologicamente frágil. Segundo ela, é fundamental que o planejamento da transição leve em consideração diferentes aspectos ambientais, como a perda da biodiversidade, e não apenas a redução das emissões de gases de carbono. Ela afirma que: “Essa perda de biodiversidade está ligada à transformação dos solos, à estratificação dos oceanos. É o planeta, a gente tem um equilíbrio ecológico aqui.”

A pesquisadora defende que as políticas de transição energética devem se basear em três princípios: segurança de abastecimento, descarbonização e tarifas acessíveis.

“A gente tem que discutir serviço público e universalização de acesso. Isso é liga de tecido social”, pontua Clarice. Para ela, a transição sustentável deve garantir que todos tenham acesso à energia limpa e barata: “É um direito e um negócio essencial. A gente tem que se estruturar como sociedade para promover esse acesso universal.”

Clarisse Ferraz defende que o governo federal adote uma estrutura de governança mais robusta e amplie a presença nos territórios nacionais, aperfeiçoando sua estrutura de incentivos. Ela aponta que: “A estrutura de incentivo é a mesma desenhada de 20, 30 anos atrás. Essas fontes estavam começando.”. Clarice também critica a ausência de liderança do Ministério do Meio Ambiente no processo de transição energética: “Ele [Ministério do Meio Ambiente] não tem, nunca teve, poder para liderar esse processo. A transição energética é muito além do meio ambiente.”

Segundo a pesquisadora, o setor elétrico ainda carece de coordenação. “É um setor que está completamente fragmentado, com diversas disputas de poder, sem ter clareza para onde vai tecnologicamente”, afirma. “Enquanto a gente não tiver uma política estruturada que oriente os negócios da empresa para atuar em benefício da sociedade, são elas, cada uma, perseguindo os seus objetivos indi-

viduais como estratégias corporativas. Estratégia corporativa não faz transição.”

Clarisse Ferraz aponta que 40% dos empreendimentos eólicos têm problemas fundiários, como grilagem, ocupação irregular e violência no campo. Além disso, os parques eólicos, instalados em grandes áreas do interior do país, provocam desmatamento da caatinga e ameaçam a biodiversidade. Segundo a pesquisadora, estudos indicam o risco de desaparecimento de 49 espécies do planeta Terra devido ao desmatamento.

Por fim, Clarice conclui expressando seu desejo por uma transição energética organizada e de qualidade: “Queremos democracia para poder justamente organizar isso. A qualidade da transição, eu acho que tem a ver com a qualidade da democracia. E o que a gente vai conseguir entregar é a qualidade da sociedade que a gente vai ter.”.

COP30 — 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Gabriel Rosa e Iany Ribeiro

Fontes: <https://cop30.br/pt-br>

Em novembro de 2025, o Brasil se tornou o palco da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30). Sediada neste ano em Belém, no Pará, a COP30 reuniu líderes mundiais de 184 países, além de representantes da ONU, líderes empresariais, ONGs, ativistas e membros da sociedade civil. Um dos pontos centrais do evento foi discutir alternativas para as tragédias ambientais causadas pelo aquecimento global, propondo ações de combate às mudanças climáticas. Os debates sobre o futuro do planeta aconteceram no coração de um dos mais importantes biomas do mundo: a Amazônia.

Apesar de sediar uma COP pela primeira vez neste ano, o Brasil tem

um histórico importante nos debates sobre o meio ambiente. Em 1992, o Rio de Janeiro recebeu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), evento que influenciou todas as

COPs seguintes. Agora, 33 anos depois da Rio-92, que determinou importantes diretrizes sobre o desenvolvimento sustentável, os olhares de todo o mundo estavam

direcionados ao território brasileiro. O curupira, folclórico protetor das florestas, foi o mascote escolhido para o evento, representando a cultura do país.

Considerada um dos principais eventos voltados ao tema da mudança



COP30
BRASIL
AMAZÔNIA
BELÉM 2025

climática no mundo todo, a COP é um evento anual formado por todos os 198 países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), que é um tratado internacional assinado na Rio-92 como resposta à necessidade de combate ao aquecimento global.

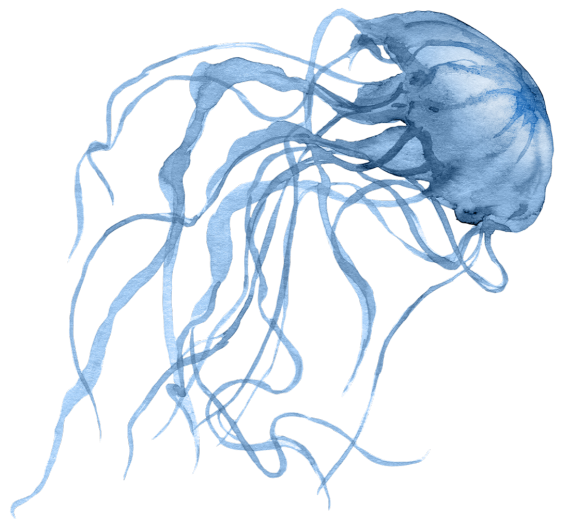
Entre os principais temas discutidos na COP30 estão a transição energética, a preservação ambiental e os impactos sociais das mudanças climáticas. Dois temas são urgentes nos dias atuais: a redução de emissão de gases de efeito estufa e o financiamento climático. Segundo relatório divulgado pela ONU em 2024, a temperatura global já ultrapassou os 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, limite que havia sido estabelecido no Acordo de Paris, assinado em dezembro de 2015, durante a COP21.

A COP30 retomou as diretrizes determinadas pelo Acordo de Paris, que garante a responsabilidade dos países signatários em combater as mudanças climáticas por meio de ações sustentáveis. Exemplos dessas ações são a descarbonização da economia através da transição de fontes de energia renováveis, como a solar e a eólica, a adesão à eletrificação dos meios de transporte e a implementação de práticas sustentáveis na indústria e na agricultura.

Outro marco da UNFCCC é o Protocolo de Quioto, um tratado internacional adotado em 1997, que oficializou compromissos para a redução de

emissões de carbono de países desenvolvidos, estabelecendo a redução de emissões em 5% entre 2008 e 2012. Para isso, foram criados mecanismos de mercado para o cumprimento dos compromissos, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permitiu o desenvolvimento de projetos rentáveis de redução de emissão de gases do efeito estufa, garantindo benefícios de mitigação e criando incentivos para a economia sustentável.

Desde 2021, as COPs contam com a Agenda de Ação, um conjunto de iniciativas de ações climáticas que mobilizam setor público, privado e sociedade civil. O objetivo é criar parcerias voltadas à implementação de soluções concretas no combate à mudança climática. A Agenda conta com eventos, campanhas e compromissos voluntários, que impulsionam e fortalecem negociações e decisões no setor climático.



COP30 na Amazônia: os guardiões e guardiãs das promessas das ações

Ricardo José de Azevedo Marinho¹²

Belém do Pará se tornou, por dias, o ponto nuclear da política climática global. Pela primeira vez, a cúpula climática mais importante do planeta aconteceu em um dos corações da Amazônia, território no qual a sustentabilidade é intrincada e parte importante da estabilidade climática global. Mas essa decisão contém um paradoxo: a Ibero-América, onde a Amazônia se encontra, contribui com apenas 4 a 5% das emissões globais de gases de efeito estufa (que seu diagnóstico contou com a gigante contribuição do saudoso mexicano Mario Molina (1943-2020), o Nobel de Química de 1995), mas é uma das regiões mais vulneráveis aos efeitos do caos climático. Entre 1998 e 2020, eventos climáticos causaram mais de 312.000 mortes na região e afetaram mais de 277 milhões de pessoas. A urgência não é adiável: 2025 será o segundo

ano mais quente já registrado, e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) alerta que será "praticamente impossível" limitar o aquecimento a 1,5°C sem ultrapassar, mesmo que temporariamente, essa meta.

Alguns meses antes desta cúpula, a Corte Internacional de Justiça e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiram declarações que mudaram a forma como entendemos as obrigações do Estado em relação ao clima: a Opinião Consultiva sobre as Obrigações dos Estados em relação às Mudanças Climáticas e o Parecer Consultivo 32. Em resposta ao pedido do Chile e da Colômbia, a Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu, pela primeira vez, o direito humano a um clima saudável como um direito autônomo. O processo foi extraordinário: mais de 180 delegações, 262 observações escritas, audiên-

¹² Presidente do Conselho Deliberativo da CEDAE Saúde e professor da Faculdade Unyleya, da UniverCEDAE e da Teia de Saberes.

cias públicas em Manaus onde povos indígenas alertaram que "hoje estamos em risco de extinção." A Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou que os Estados têm obrigações específicas de prevenção, mitigação, adaptação e reparação. Estabeleceu, ainda, que a proibição de causar danos ambientais irreversíveis constitui uma norma de jus cogens, que, portanto, não admite concordância em contrário.

O Brasil fez de tudo para transformar esta 30ª Cúpula do Clima das Nações Unidas em Belém do Pará (COP30) na "cúpula de implementação", pondo fim aos compromissos não cumpridos desde o Acordo de Paris (2015). As questões debatidas refletem o que a CIDH colocou no seu parecer: transição energética justa, eliminação dos combustíveis fósseis, novas contribuições nacionais e financiamento climático de 1,3 trilhão por ano. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) alerta que, sem esses investimentos, o produto interno bruto

(PIB) dos países ibero-americanos pode cair entre 9% e 12% até 2050.

A Opinião Consultiva sobre as Obrigações dos Estados em relação às Mudanças Climáticas e o Parecer Consultivo 32 e os objetivos da COP30 convergem: os Estados não podem continuar sem enfrentar a crise climática. Trata-se, portanto, de uma questão de cumprimento de uma obrigação legal aplicável não apenas no nível internacional, mas também no nível dos órgãos jurisdicionais nacionais.

Para cumprir essa obrigação, a COP30 pautou o Fundo Florestas Tropicais para Sempre baseado em transferências que reconhecem as responsabilidades históricas diferenciadas. Os recursos devem alcançar as comunidades mais afetadas — povos indígenas, comunidades ribeirinhas, rurais e urbanas empobrecidas — que não podem ser apenas objetos das políticas, mas também cidadãos com voz e voto. Além dessa conquista, o convite à elaboração do "mapa do caminho" (roadmap) para o fim dos combustíveis

fósseis será lançado à parte aos textos finais da COP30, como iniciativa anfitriã da Presidência da República Federativa do Brasil. Os cidadãos observaram seus representantes em Belém e exigem que cumpram suas obrigações legais e/ou assumam as consequências legais de sua inação.

23 de novembro de 2025



A Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável



Ágata Abreu, Maíra Alves e Renata Rocha

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem buscado, desde o pós-Segunda Guerra, chamar atenção para os prejuízos da degradação ambiental, a fim de ampliar a conscientização e as ações reparadoras. Nesse contexto, destacam-se as Conferências da ONU de 1972, 1992, 2002 e 2012, que ressaltaram a importância do oceano. Em 2015, com a aprovação da Agenda 2030, a conservação da “Vida na Água” (ODS 14) tornou-se um dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável.

Em 2016, foi realizada a Primeira Avaliação Mundial dos Oceanos, que reafirmou a urgência no controle das atividades oceânicas. No ano seguinte, a ONU proclamou a implementação da “Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável” (2021–2030), conhecida como “Década do Oceano”, sob o lema “a ciência que precisamos para o oceano que queremos”. A coordenação ficou a cargo da Comissão

Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (COI).

A COI é responsável por desenhar e coordenar um plano global de implementação da Década, orientando os países parceiros a criar soluções transformadoras. Seu objetivo é aproximar a ciência oceânica das pessoas e promover o desenvolvimento sustentável. Para isso, a Comissão tem mobilizado governos, organizações não governamentais, empresas, universidades e cidadãos, formando um movimento coletivo em prol de um oceano saudável, resiliente, limpo, sustentável, previsível, seguro e valorizado.

No cenário nacional, o Brasil foi o primeiro país a estabelecer um comitê nacional para a Década, liderado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O comitê busca coordenar as ações e contribuições nacionais à iniciativa. Em 2021, foi criado o Comitê de Assessoramento da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, res-



ponsável pelo planejamento, implementação, parcerias e divulgação das iniciativas. Além disso, grupos de mobilização regional composto por voluntários fortalecem o engajamento social por meio da ciência cidadã.

A iniciativa também integra o Programa Ciência no Mar, que organiza pesquisas em seis áreas temáticas: gestão de riscos e desastres, mar profundo, zona costeira, clima, tecnologia e biodiversidade. Essa estrutura fortalece a produção científica nacional e amplia seus benefícios sociais, econômicos e ambientais. Para o Brasil, os resultados esperados incluem maior transparência e acesso ao conhecimento, resiliência do Atlântico, melhor capacidade de resposta a desastres, valorização dos serviços ecossistêmicos e participação ativa na economia azul. A iniciativa ainda fomenta a criação de instru-

mentos globais, como um atlas digital do oceano, portais de dados e programas de alfabetização oceânica.

Os avanços já são visíveis. Em parceria entre a COI/UNESCO, o MCTI e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Rio de Janeiro foi escolhido como sede da 3ª Conferência da Década do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável, marcada para 2027. O evento permitirá avaliar os progressos da Década, ajustar o planejamento futuro e fortalecer o compromisso global com o uso sustentável dos oceanos. Reunirá representantes de governos, comunidade científica, sociedade civil, povos indígenas e comunidades costeiras. A ministra do MCTI, Luciana Santos, celebrou a decisão e destacou o compromisso do Brasil com a iniciativa.

Apesar dos avanços, a Década enfrenta desafios importantes: o

financiamento insuficiente da ciência, a desigualdade no acesso a tecnologias, entraves institucionais e a dificuldade de transformar descobertas em políticas públicas eficazes. Relatórios oceanográficos reforçam a necessidade de superar a divisão entre ciência, sociedade e governança, pilares fundamentais para a preservação marinha: cooperação internacional, inovação tecnológica e mobilização social.

A Década representa, assim, uma oportunidade histórica para redefinir a relação da humanidade com o mar. Transformar conhecimento científico em ações concretas é essencial para que os oceanos continuem a prover serviços vitais ao planeta e às futuras gerações. Com sua extensa “Amazônia Azul”, o Brasil tem potencial para assumir papel de destaque nesse processo. No entanto, alcançar o oceano ideal até 2030 dependerá do engajamento coletivo, da valorização da ciência e da implementação de políticas públicas integradas.

Nesse contexto, a UNESCO nomeou a surfista Maya Gabeira como Campeã para o Oceano e a Juventude. Por meio do livro juvenil *Maya e a Fera* e de suas redes sociais, ela promove a conscientização sobre a crise climática e a poluição plástica, inspirando as novas gerações — especialmente meninas — a sonhar, agir e participar ativamente da conservação dos oceanos.



Capa do livro "Maya e a Fera"

Calçada em Movimento: O Conflito e a Convivência entre Ciclistas e Pedestres

Gabrielly Almeida

Em um mundo em metamorfose (BECK, 2018), as cidades, em especial no Brasil, parecem não fazer uso de uma organização que esteja de acordo com os dados oficiais do IBGE, em especial o último censo (2022). As ruas largas, calçadas estreitas e a prioridade quase absoluta para veículos motorizados revelam um modelo que já não atende às demandas de hoje. Entre os espaços mais afetados por essa defasagem estão as calçadas — um dos locais fundamentais para a perspectiva constitucional dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, em especial o direito à livre locomoção no território nacional em tempos de paz. Dentro dos termos da lei, qualquer pessoa tem o direito de entrar, permanecer ou sair do país com seus bens.

Destacamos o artigo 24 da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, presente no Código Nacional de Trânsito, no qual afirma-se que compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no

âmbito de sua circunscrição, entre outras questões:

“Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento, temporário ou definitivo, da circulação, da segurança e das áreas de proteção de ciclistas” (BRASIL, 1997, cap.II, art. 24, inc.II)

Nos últimos anos, as bicicletas se tornaram protagonistas quando o assunto é mobilidade sustentável. No entanto, a falta de infraestrutura adequada para ciclovias tem empurrado muitos ciclistas para as calçadas, gerando tensões com quem caminha. Essa disputa silenciosa, presente no cotidiano de milhares de pessoas, escancara uma questão urgente: como equilibrar a convivência entre pedestres e ciclistas sem comprometer a acessibilidade e a qualidade de vida de ambos?

Muito se fala sobre as vantagens de utilizar a bicicleta no dia a dia: chegar ao trabalho, à academia, ao



mercado ou voltar para casa de forma prática, econômica e saudável. E, de fato, ela cumpre esse papel com excelência. A bicicleta é uma alternativa de transporte que alia sustentabilidade, bem-estar físico e até benefícios psicológicos. Mas, recentemente, com a chegada tanto dos modelos elétricos quanto dos integrados a tecnologias inteligentes, esse meio de locomoção tornou-se ainda mais rápido e acessível a diferentes perfis de usuários.

Contudo, é preciso olhar para além dos benefícios. Reportagens publicadas por veículos como o *Jornal Opção*, o *Observatório da Bicicleta* e *O Liberal* têm mostrado essa transformação que, embora seja

positiva em muitos aspectos, também traz desafios. Entre eles, o aumento de acidentes envolvendo ciclistas e pedestres, sobretudo em áreas onde a infraestrutura urbana não acompanhou esse crescimento. A expansão sem planejamento pode, ironicamente, transformar uma solução em um novo problema urbano.

Os desafios enfrentados por pedestres e ciclistas não são casos isolados — pelo contrário, refletem uma realidade cada vez mais presente nas grandes cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, por exemplo, o uso da bicicleta já era comum entre os moradores, mas ganhou um novo impulso com a popularização das bicicletas

compartilhadas, como a Bike Itaú. Desde então, a adesão ao uso da bicicleta só aumentou.

O sucesso do modelo carioca inspirou outras cidades a adotarem iniciativas semelhantes, como é o caso do NitBike, em Niterói. O NitBike é um sistema público de bicicletas compartilhadas, que podem ser utilizadas gratuitamente por até 60 minutos em dias úteis e 90 minutos aos domingos e feriados; após esse período, uma tarifa fixa é cobrada para incentivar o uso consciente e garantir a rotatividade das bicicletas. No entanto, a expansão desse modelo tem revelado contrastes importantes entre as gestões municipais. Enquanto o Rio de Janeiro ainda carece de medidas mais eficazes para regular o uso do espaço público e garantir segurança, tanto para ciclistas quanto para pedestres, Niterói deu um passo à frente. Com a aprovação da Lei nº 4.039, o município passou a estabelecer diretrizes claras para o uso das calçadas e ciclovias, sinalizando um compromisso mais efetivo com a mobilidade urbana integrada e segura.

A lei nº 4.039 impede que bicicletas elétricas e outros meios de transporte individuais motorizados, como patinetes, circulem pelas calçadas e passeios públicos da cidade. Embora a lei represente um esforço válido para reduzir acidentes e equilibrar a ocupação dos espaços urbanos entre pedestres e ciclistas, sua implementação pode trazer desafios para ambos

os grupos. Entre eles, está o risco de desinformação ou resistência por parte da população que não acompanha de perto o debate sobre mobilidade urbana e desconhece as leis e normas que organizam a vida pública de um município. Sem um diálogo democrático, medidas como essa podem acabar sendo percebidas como imposições, em vez de soluções coletivas.



Em entrevista à revista VERSUS, o administrador da regional do bairro de Icaraí, Raphael Costa, pronunciou-se sobre os desafios locais e as possíveis estratégias para garantir que a legislação seja eficaz e bem compreendida pela sociedade. Em seu depoimento, Raphael deixa claro

que essa não é uma decisão radical nem impulsiva; o propósito principal é proteger os cidadãos, reduzindo os acidentes e os riscos enfrentados diariamente pelas pessoas nas vias públicas. Acompanhe:

“Essa lei, que foi aprovada na Câmara de Niterói, é uma lei que, na verdade, apenas diz o que estava previsto no Código de Trânsito Brasileiro, e faz um recorte específico para bicicletas elétricas e autopropelidas (qualquer equipamento movido a motor). Ela proíbe que essas bicicletas elétricas transitem nas calçadas, com exceção quando há calçadas compartilhadas, e prevê a possibilidade de multa. A partir do ano que vem, aquelas que atingirem uma velocidade maior que 32 km/h serão emplacadas, e será permitida a aplicação de multa ou, em último caso, apreensão. Portanto, essa lei só reforça o que já está previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Em outro depoimento, Raphael reforça que essa medida já está em vigor, mas destaca que cada região enfrenta desafios específicos relacionados à falta de infraestrutura cicloviária adequada, como a falta de ciclovias, fundamentais para garantir um espaço seguro aos ciclistas. Raphael diz:

“Como a maior parte dos municípios não possuem uma malha cicloviária extensa, então quase todos os municípios não fazem nada com relação a isso, porque é também injusto você proibir que a

bicicleta ande na calçada se você não tem absolutamente nenhuma estrutura ou alternativa, que é a ciclovia. Então, o CDB já proíbe isso e, a nova resolução da Agência Nacional de Trânsito reforçou essa proibição, proibiu também o trânsito de bicicleta elétrica na calçada e só é permitido quando o ciclista sai com ela na calçada e anda carregando o seu equipamento. Então, acho que essa lei é importante”

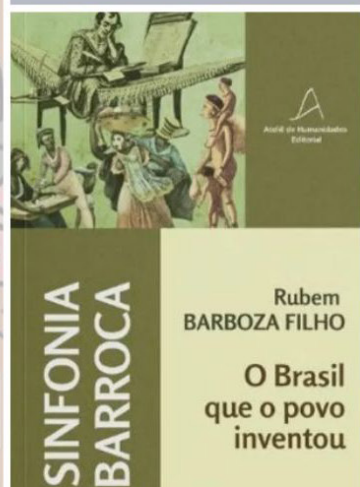
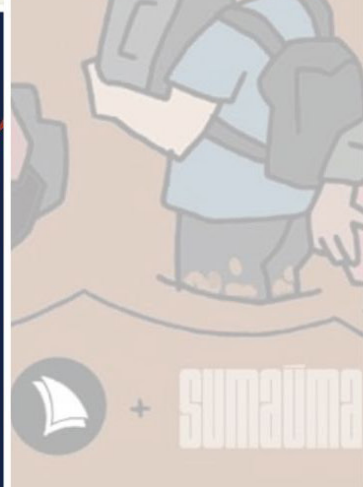
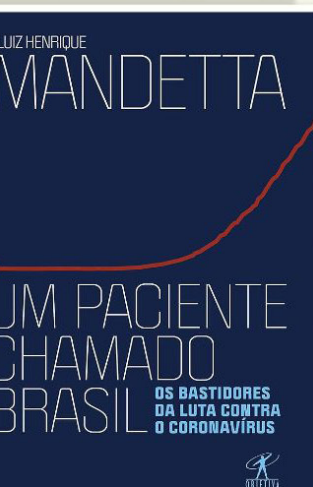
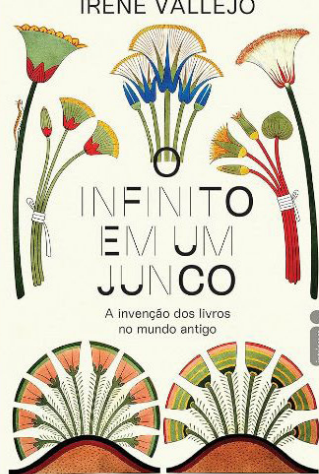
Por fim, Raphael apresenta exemplos de como essa lei está sendo aplicada na prática e explica o passo a passo para sua implementação efetiva. De acordo com ele:

“Essa lei está na fase de educação e conscientização, em parceria com a prefeitura. Por isso, ainda não há multas ou punições para os ciclistas, para que as pessoas possam conhecer melhor as regras. Na verdade, há um grande desconhecimento sobre as normas de trânsito — a maioria dos motoristas, por exemplo, não sabe que precisa respeitar um espaço mínimo de 1,5 metro ao ultrapassar uma bicicleta. Por isso, estamos realizando uma campanha intensa nas redes sociais e nas ruas, para promover o respeito entre todos.”

Desse modo, percebe-se que a lei, entre outras medidas, reforça que a presença de bicicletas nas calçadas é um reflexo da falta de infraestrutura cicloviária adequada, o que gera conflitos entre pedestres e ciclistas. Um tema que, para efetiva realização, exige

um debate republicano amplo, ou seja, entre a sociedade e os entes públicos. A criação de novas leis ou a aplicação destas busca organizar essa convivência, proibindo o trânsito de bicicletas elétricas nas calçadas, mas sem deixar de lado a necessidade de mais ciclovias e espaços seguros para todos.





O infinito em um Junco de Irene Vallejo

Márcia Ellen

O *Infinito em um Junco*, de Irene Vallejo, foi publicado originalmente na Espanha em 2019, e traduzido para o português em 2022 pela editora Intrínseca. Em sua obra, a filósofa e escritora Irene Vallejo nos convida a explorar a evolução dos livros. A escritora propõe uma narrativa que foge do convencional, trocando a mera exposição da história dos livros em ordem cronológica — que pode ser entediante — por uma narrativa em formato de aventura. No livro, acompanhamos de perto a história de Alexandre, o Grande, e seu fascínio pelo conhecimento, o desenrolar do romance entre Marco Antônio e Cleópatra, até enfim chegar a Oxford. Ao longo de toda essa trajetória, vemos que o caminho percorrido pelas publicações, até chegar ao modelo que utilizamos atualmente, foi longo e difícil.

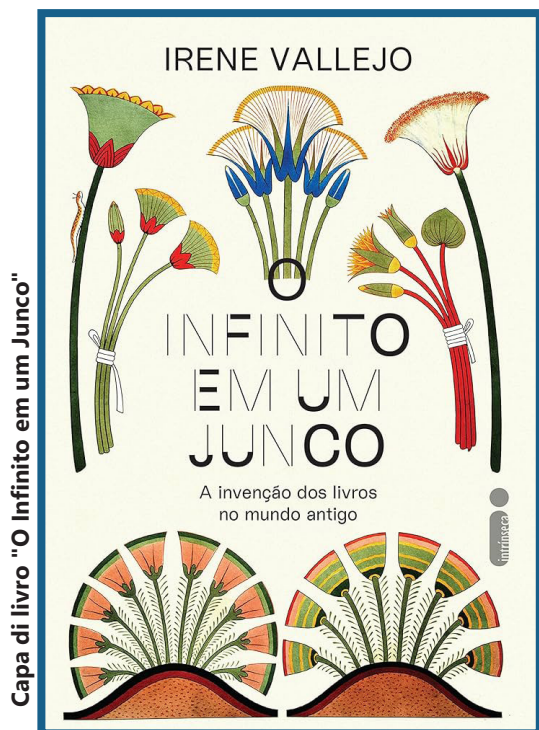
Essas publicações passaram por diversas transformações: da pedra ao papiro, do pergaminho ao códice, até chegarem ao formato digital, que

também utilizamos atualmente. O livro foi perseguido, censurado e queimado, mas manteve sua essência: transmitir conhecimento. E isso só foi possível com a ajuda de personagens essenciais nessa história: os apaixonados pelos livros, que não mediram esforços para protegê-los. Contadores de histórias, escribas, professores, livreiros, leitores “rebeldes”. Todos eles protegeram e ainda protegem os livros, desempenhando um papel crucial para que toda a sabedoria acumulada ao longo da história pudesse chegar até nós.

Livros carregam conhecimento, e esse fato fez com que eles fossem — e ainda sejam — perseguidos. Eles têm o poder de levar os leitores a imaginar, questionar e aprender. E, como bem mencionado por Irene: “Ele nos dá o poder de viajar o mundo sem sair do lugar e sem revelar a ninguém onde pode ser encontrado”.

É justamente isso que a escritora faz com aqueles que leem a sua obra: ela nos guia de forma fluida e poética pela

aventura da evolução dos livros, evidenciando seu amor por eles em cada página, quando decide acrescentar à narrativa algumas experiências pessoais. Ainda sim, Irene não permitiu que suas experiências ofuscassem os personagens principais: O livro e seus amantes.



Ademais, ao longo do livro, Vallejo nos apresenta algumas curiosidades históricas, como a origem da linguagem de computação. Ela nos conta um pouco sobre a origem da sigla URL, que é o equivalente exato do registro em uma biblioteca, e do HTTP, que significa Protocolo De Transferência De Hipertexto, que: “funciona como as fichas que preenchemos para pedir ao bibliotecário que traga o livro desejado”. Vallejo discorre não só sobre a história dos livros, mas sobre

a relação dos humanos com eles, e, sobretudo, os sentimentos que eles proporcionam. Vemos como as histórias irreais escritas em um pedaço de papel se transformam em sentimentos tão reais.

Embora a obra concentre-se principalmente no desenvolvimento do livro no continente europeu, o tema desperta a curiosidade para explorar como esse processo ocorreu em outras partes do mundo, como na América, Japão e China. Portanto, a leitura do manuscrito é um excelente ponto de partida para quem deseja ampliar seus horizontes sobre a história dos livros e da escrita. Seria enriquecedor se, em um novo volume, a autora explorasse também o desenvolvimento do livro nessas outras partes do mundo, que possuem suas próprias tradições de escrita e preservação do conhecimento. Uma continuação com esse enfoque ampliaria ainda mais a compreensão do leitor sobre a diversidade cultural que moldou a trajetória dos livros e da leitura ao longo dos séculos.

Em suma, o título faz jus à sua fama, e não é atoa que tenha sido traduzido para 35 idiomas e vendido mais de 700 mil cópias em português, até junho de 2022. A leitura é, de fato, imperdível, mas deve ser saboreada com calma, permitindo que a cada capítulo o leitor explore e aprecie cada novo mundo apresentado.

Ouvir cantando (e pensando) a afinada sinfonia barroca que o povo brasileiro inventou

Ricardo José de Azevedo Marinho¹³

Por duas vezes pude ler belas resenhas sobre o livro *Sinfonia barroca: o Brasil que o povo inventou*, do autor Rubem Barboza Filho. A primeira resenha que li, foi publicada por Marcus Pestana, no jornal mineiro *O Tempo*, em 17 de maio de 2025, e a segunda, por Pablo Spinelli, na revista brasileira *Política Democrática*, em 1 de agosto de 2025. Em ambas, me deparei com elogios a Rubem Barboza Filho, que nos brindou com um dos melhores livros da atualidade. O título — e o subtítulo do livro — me chamaram a atenção, me levando a estar nos dias 7 e 8 de maio de 2025 no seminário organizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que marcou o lançamento do livro.

Na época, lancei-me ao livro e vi que os elogios dos resenhadores estavam bem fundamentados, assim como sua tessitura, pois o analista mineiro discorre muito sobre esse Brasil feito, e

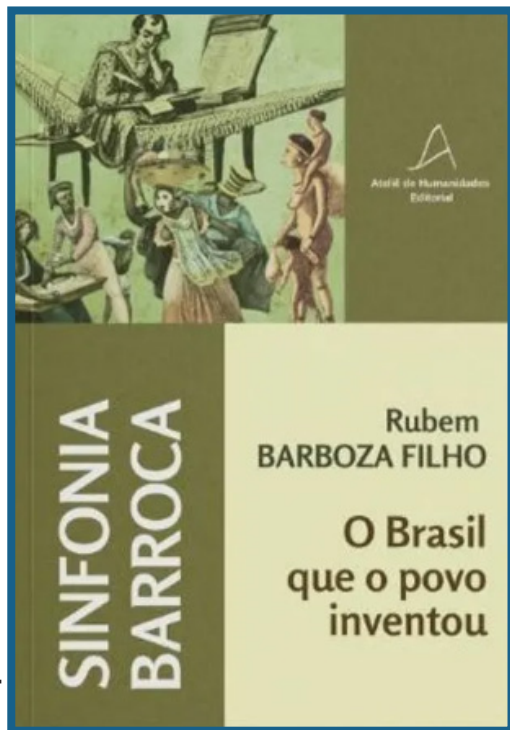
inventado, pelo nosso povo. Em suma, no decorrer da leitura, reconhecemos que a obra de Rubem Barboza Filho é bastante extensa e substancial. O livro pretende cobrir os séculos do que ele chama de *Sinfonia barroca: o Brasil que o povo inventou*, um título muito feliz. Não posso resumi-lo, porque isso seria impossível; só posso encorajar as pessoas a lerem e apreciarem uma noção única e continental do Brasil, que está além do nosso conhecimento enquanto brasileiros. Mas, como o Rubem Barboza Filho é mineiro, sinto-me à vontade para tentar encadear alguns de seus pensamentos sem ser acusado do famoso “é logo ali”.

A apresentação do livro foi escrita pelo nosso saudoso Luiz Werneck Vianna (1938-2024) que ponderou sobre as amarras dogmáticas que nos prendem a um mandamento bisonho, de ruptura com o nosso passado, na academia e fora dela. Assim, Rubem

¹³ Presidente do Conselho Deliberativo da CEDAE Saúde e professor da Faculdade Unyleya, da UniverCEDAE e da Teia de Saberes.

Barboza Filho, vulgo Rubinho, vem disposto a nos libertar uma e outra vez — eternamente talvez — desse giro epistemológico arbitrário que nos prende. Já está, o aperitivo, e o livro começa.

Capa do livro "Sinfonia Barroca"



Imagino que seja um grande susto, para o leitor, sair dessa miragem, mas o *leitmotiv*¹⁴ de Rubinho é a nossa sinfonia. Trata-se, na verdade, de uma imersão completa no que nós fizemos de nós mesmos. Rubinho observa que o ódio ao nosso passado, justificado como invasor e colonizador, transformou-se em algo mais: derivações políticas baseadas numa suposta superioridade espiritual de certas elites chamadas a combater a nossa história. Vozes da tirania que ecoaram inadvertidamente.

Nós, segundo Rubinho, temos que reconhecer essa história e forjar uma aliança uns com os outros. Pois o povo brasileiro não pode mais virar as costas ao que é e ao que fez consigo mesmo, assumindo sobre si ideias emprestadas. Temos que voltar nosso olhar para nossa história, conhecê-la, investigá-la, prestar atenção à sua trajetória. Com esse élan o tom deste ensaio monumental está delineado. Rubinho analisa todos os séculos que nos compôs, percorrendo o tempo, em busca daquilo que o povo inventou. Não foi uma tarefa fácil, mas ele conseguiu refinar categorias que, quando explicadas, são cristalinas.

Sinfonia barroca, da raça à arte, um tema constante no livro, que vai e volta, pois a arte é expressão da cultura e da busca por nós. Daí a evocação a Diego Rivera (1886-1957) e o fenômeno muralista: entregar os muros dos prédios públicos mexicanos aos artistas, pois se queria que eles fizessem falar o espírito do mexicano e da mexicana.

Por isso a arte e política, que no Brasil são inseparáveis. Vejam a comoção em pleno carnaval de 2025 com o Oscar de *Ainda estou aqui* e o recente ato musical, em setembro de 2025, em Copacabana contra uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O longo passeio Rubinho nos leva pelos vários séculos e suas questões, mas sempre com um denomi-

14 Leitmotiv é uma frase musical curta e constantemente recorrente. Em música, é uma técnica de composição introduzida por Richard Wagner em suas óperas, que consiste no uso de um ou mais temas que se repetem sempre que se encena uma passagem da ópera relacionada a uma personagem ou a um assunto.

nador comum: o barroco. Pode valorizar a tradição, mas ainda assim barroca. Pois aqui as palavras cantam!

E acrescenta: a pluralidade das ações nos séculos de nossa jornada demonstram a riqueza pragmática, étnica, cultural e artística, mas também sua inevitável complexidade. Como estabelecer um futuro com tantos elementos em jogo? Qual a solução frente ao trilema político de Dani Rodrik que vê a soberania das nações, a preservação da democracia política e a participação no processo de globalização econômica em conflito entre si, de tal modo que só se poderia ter duas opções das três pontas. Não é uma questão simples.

E conclui com a saída que lhe parece possível: o Brasil que o povo inventou é um lugar onde povos muito diversos devem coexistir e prosperar como brasileiros e brasileiras. Um lugar exuberante por sua paisagem sonora e geográfica, complexo por sua história e barroco pelas misturas incessantes a que dá origem todos os dias de sua existência. Qualquer outra coisa que se diga pode permanecer apenas uma projeção ou uma fantasia como cantamos em *Apenas mais uma de amor* (1983). Uma saída realista, que alimenta a esperança — manchada por dúvidas, por déjà vu — daqueles de nós que nos tornamos brasileiros e brasileiras.

Resenha do livro

Água até aqui

Gabriel Rosa

Publicado em 2025, um ano após a maior enchente do Rio Grande Sul, o livro *Água até aqui*, escrito pelo repórter e quadrinista Pablito Aguiar, reúne depoimentos de pessoas que sobreviveram à força das chuvas. Ilustradas em quadrinhos, as histórias contadas no livro-reportagem narram memórias de angústia e solidariedade. A obra é uma parceria entre a SUMAÚMA e a editora Arquipélago.

Ao longo de meses, Pablito percorreu diversas regiões do estado afetadas pela chuva, ouvindo moradores e transformando seus relatos em desenhos. Entre uma página e outra, 14 personagens — incluindo o cavalo caramelo — levam o leitor a uma jornada de recomeço e esperança.

Após ter sua casa destruída pela água, Liziane, moradora de Canoas, passou a viver em uma ocupação, ao lado de outras 50 famílias. No maior aterro temporário do Rio Grande do Sul, Leonardo acompanhou a chegada

dos destroços das chuvas: “O trabalho de uma vida levado pela água.” A quadrinista Talita Grass abandonou sua casa depois da lama invadir todos os cômodos: “Todos os objetos que marcavam meu lugar no mundo ficaram para trás.”

Em meio à dor, a solidariedade floresce nos gestos de pessoas que escolhem amparar quem mais precisa. Com uma moto aquática, Matheus e seu pai resgataram mais de 100 pes-



Capa do livro "Água até aqui"

soas de Mathias Velho, bairro em que moravam: “Eu não podia deixar ninguém morrer, foi instinto”. Isis também foi às ruas oferecer ajuda. A auxiliar de veterinária resgatou dezenas de animais: “Temos muito que aprender com eles. O que eles ensinam sobre o amor, eu nunca vi uma pessoa ensinar.”

A cultura gaúcha também está presente nas histórias do livro. Carolina e sua família comandam, há quatro gerações, um restaurante no mercado público — importante ponto de encontro e comércio de Porto Alegre. João Heitor, por sua vez, fez uma descoberta surpreendente quando a chuva tirou parte do solo de uma área agrícola: a existência de uma terra indígena — uma grande aldeia Guarani —, de quase 5 mil anos: “A enchente provou que o Rio Grande do

Sul é terra indígena.” O desfecho fica por conta do cavalo caramelo, resgatado após se refugiar por quatro dias em cima de um telhado. O autor até se arrisca a imaginar quais seriam seus pensamentos, feliz em sua nova casa.

Os traços delicados dos quadrinhos de Pablito contrastam com os números alarmantes das enchentes. Ao todo, as inundações impactaram 478 das 497 cidades gaúchas, afetando cerca de 2,4 milhões de pessoas. As chuvas deixaram 184 mortos e 806 feridos. 25 pessoas continuam desaparecidas até hoje. Em maio deste ano, ainda havia centenas de pessoas vivendo em abrigos, aguardando por um lar.



Imagem do livro ilustrado por Pablito Aguiar

Um Paciente Chamado Brasil: Os bastidores da luta contra o Coronavírus

João Pedro Alves¹⁵, Rebeca Maria Cinha Silva¹⁶, e Vitoria Gomes de Barros¹⁷

Publicado em 2020 pela Editora Objetiva, *Um Paciente Chamado Brasil: Os bastidores da luta contra o Coronavírus*, de Luiz Henrique Mandetta (em depoimento a Wálter Nunes), apresenta sua experiência à frente do Ministério da Saúde durante o início da pandemia de Covid-19 no ano de 2020. A obra é um relato do dia a dia da administração pública e da política, descrevendo os desafios de gestão em um contexto de crise sanitária sem precedentes no país e no mundo. Mandetta (2020) se propõe a registrar não apenas suas decisões e estratégias administrativas, mas também os bastidores dos conflitos políticos do governo federal e dos possíveis acordos com o Congresso Nacional, que, segundo ele, comprometeram a

coordenação nacional no enfrentamento da pandemia.

Mandetta exerceu o cargo de Ministro da Saúde de 1º de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020, quando foi exonerado após divergências com o Presidente da República quanto à política de isolamento social durante o período da pandemia de COVID-19.

Nascido em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS), Mandetta é médico ortopedista, formado pela então Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro. Seu currículo na administração pública se expande desde sua atuação como Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande (MS), em 2005 (quando era filiado ao PMDB), até sua eleição como deputado federal (filiado ao

¹⁵ Discente do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) da UFRJ

¹⁶ Discente do curso de Fisioterapia da UFRJ

¹⁷ Discente do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) da UFRJ. Além dos autores da resenha, a mesma foi revisada pela professora da UFRJ, Renata Bastos da Silva, e pelo professor da Teia de Saberes, Ricardo Jose de Azevedo Marinho

Democratas), com 78,7 mil votos, em 2010, atuando entre 2011 e 2015, e sendo reeleito em 2014, cumprindo mandato de 2015 a 2019. Em 2018, foi indicado ao cargo de Ministro da Saúde no governo do ex-presidente Bolsonaro (2019-2023), assumindo a pasta em 1º de janeiro de 2019.

Sua trajetória política e técnica o coloca em posição de testemunha singular dos acontecimentos descritos. Ao longo do depoimento, Mandetta (2020) enfatiza a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e da ciência como pilares da formulação de políticas públicas durante a emergência sanitária, destacando as dificuldades para manter a racionalidade técnica diante das pressões políticas. No entanto, sua experiência parlamentar se revela virtuosa nos momentos em que precisou recorrer aos colegas parlamentares durante o contexto pandêmico. É o caso, por exemplo, do episódio de resgate dos brasileiros em Wuhan:

A operação de resgate dos brasileiros em Wuhan foi comandada pelo Ministério da Defesa. (...) Em uma reunião ministerial, falei que a primeira coisa que precisaríamos estabelecer antes de trazer as pessoas era uma lei para regulamentar a quarentena. (...) Saindo da reunião, fui direto para a casa do Rodrigo Maio, presidente da Câmara dos Deputados, e depois para a do David Alcolumbre, presidente do Senado. (MANDETTA, 2020, p. 39)

Mandetta (2020 p. 53) salientou que o acolhimento aos brasileiros resgatados em Wuhan deveria demons-



Capa do livro "Um paciente chamado Brasil"

trar cuidado, visto que não havia referência para esse tipo de situação, pois a última vez que houve quarentena no Brasil foi em 1918, durante a gripe espanhola.

No decorrer da obra, Mandetta relata episódios de divergência com o então presidente Jair Bolsonaro e outros membros do Executivo Federal, que, conforme descreve, adotaram uma postura distante da racionalidade técnica e científica frente à gravidade da pandemia. O livro expõe os embates entre essas visões em conflito: de um lado, a defesa do isolamento social, do uso de evidências científicas e da adoção de medidas preventivas; de outro, a tentativa de minimizar

os riscos da doença em nome da manutenção da economia. Mandetta também menciona o incentivo externo à sua pasta ao uso de medicamentos sem eficácia científica comprovada, como a hidroxicloroquina no tratamento contra o vírus SARS-CoV-2, e o impacto dessa desinformação na adesão da população às medidas sanitárias.

Como alternativa, o ministro adotou medidas como o uso dos relatórios científicos sobre a doença, apoiando-se nas notas internacionais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e nas classificações de risco sanitário emergente da comunidade científica internacional. Além disso, considerou os alertas diários que as equipes de saúde e vigilância sanitária dos continentes asiático e europeu (então epicentros da doença) emitiram sobre o contingente de vítimas e de infectados. O desconhecimento científico acerca do vírus influenciou a demora nas ações da pasta, gerando urgência na implementação de estratégias para o combate e controle do vírus em solo nacional.

Mandetta, como gestor público, utilizou a comunicação como sua aliada. Como descrito por ele (MANDETTA, 2020), sem apoio das pastas responsáveis pela comunicação do governo federal e sem orçamento para a criação de campanhas midiáticas, sua gestão construiu uma campanha contra a desinformação

por meio de coletivas diárias com a imprensa para tirar dúvidas sobre a doença, o contágio, a prevenção e as ações do Ministério da Saúde frente ao momento de crise sanitária. Por meio do uso do colete azul do Ministério da Saúde — estratégia adotada durante as coletivas de imprensa — Mandetta legitimava o trabalho do SUS e dos profissionais de saúde.

Entre as ações conduzidas pelo Ministério da Saúde, Mandetta destaca a adoção de protocolos de prevenção, como o uso de máscaras, a higienização das mãos, o distanciamento social e a classificação dos grupos de risco. Essas medidas, entretanto, foram frequentemente negadas por outros setores do governo, o que, segundo Mandetta, agravou a transmissão do vírus e, consequentemente, o contágio da doença e a superlotação dos sistemas de saúde. O livro, portanto, oferece ao leitor um panorama das dificuldades institucionais e políticas que marcaram a resposta brasileira à Covid-19, apresentando bastidores da gestão pública e suas disputas internas.

Um dos desafios recorrentes mencionados por Mandetta (2020) diz respeito à dificuldade de constituir uma equipe técnica sanitária sólida e coesa no âmbito do Ministério da Saúde. O autor destaca que a gestão da saúde pública demanda profissionais qualificados, com formação específica em saúde coletiva e experiência em vigilância epidemiológica, capazes de

formular e executar políticas com base em evidências científicas. No entanto, a realidade administrativa e política do país nem sempre favorece essa composição técnica, marcada por limitações estruturais e pela ausência de quadros especializados para atender às necessidades do sistema.

Mandetta (2020) critica ainda a interferência política nas nomeações e na tomada de decisões estratégicas, fator que, segundo ele, minou a autonomia técnica necessária para enfrentar uma emergência sanitária de tamanha magnitude. A dificuldade em manter uma equipe coesa, alinhada e baseada em evidências reflete, em última instância, a fragilidade institucional do Estado brasileiro na gestão do SUS. Essa limitação, como sugere o autor, não se restringe ao período da pandemia, mas aponta para um desafio estrutural: a necessidade de fortalecer a carreira sanitária e valorizar o conhecimento técnico como pilar fundamental da política pública de saúde.

O autor descreve sua busca por um pacto entre União, Estados, Municípios e setor privado, seguindo regras e medidas de acordo com critérios científicos. Enquanto todos agiam juntos no combate ao vírus, o então presidente Bolsonaro se fechava à gravidade da pandemia, acreditando se tratar de um complô para comprometer seu governo. Luiz Eduardo Ramos, então Ministro-Chefe da Secretaria de Governo do Brasil, con-

seguiu convencer Bolsonaro a realizar uma série de videoconferências com os governadores de todas as regiões do Brasil. As reuniões ocorreram bem até Bolsonaro discutir com o então governador de São Paulo, João Doria, colocando a perder tudo o que havia sido construído. Dória já questionava a postura do presidente frente a uma das maiores crises sanitárias de dimensão global.

Mandetta retrata também a dificuldade da compra dos equipamentos. Em um dos casos, embora o ministério já tivesse assinado contratos, os Estados Unidos adquiriram produtos com tamanha rapidez e agressividade que a pasta ficou em situação de extrema fragilidade. Isso demonstrou que, além das dificuldades internas, o mundo inteiro buscava equipamentos e insumos para o combate à transmissão da Covid-19, colocando países do sul global, como o Brasil, em uma situação difícil na batalha contra a doença.

O livro revela a ausência de coordenação federativa face ao difícil arranjo republicano e democrático para a formulação das políticas de saúde, num governo cujo mandatário se negava a tomar conhecimento da gravidade da crise sanitária mundial, o que levou ao agravamento das consequências da Covid-19 no Brasil. Um Paciente Chamado Brasil é relevante para a memória social e política da pandemia de Covid-19, ao registrar os bastidores da administração pública, os dilemas

éticos e institucionais da crise e o debate sobre a importância da ciência, da comunicação pública e do fortalecimento das instituições de saúde no Brasil. É um testemunho singular para compreender como foi difícil o enfrentamento de uma crise sanitária em um governo de extrema direita avesso às instituições democráticas e sem qualquer comprometimento com a vida pública da nação.

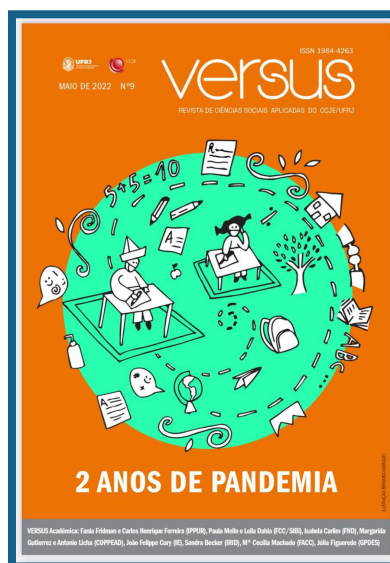
A Revista Versus dedica sua 13ª edição ao professor Leonardo Valente, diretor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID/UFRJ), falecido em junho deste ano.

Com uma trajetória acadêmica marcada pelo diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, Leonardo deixou sua marca no jornalismo, na ciência e na literatura. Era doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (Iesp/Uerj), mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e jornalista formado pela Escola de Comunicação da UFRJ (ECO/UFRJ). Atuou como repórter internacional no jornal *O Globo* entre 1998 e 2009.

Teve seis livros publicados, entre eles *Criogenia de D.* (2021) e *Calote* (2020), vencedor do Prêmio Júlia Lopes da União Brasileira de Escritores. Além disso, integrou o Conselho da Versus e colaborou em números anteriores.

Capa da Edição 9 da Revista Versus, "2 anos de pandemia", com a colaboração do professor Leonardo Valente

Em homenagem ao seu legado, publicamos novamente uma de suas contribuições à revista: o texto de abertura da nossa 9ª edição, lançado em maio de 2022. Seguem as palavras de Leonardo Valente, para nos lembrarmos que neste ano completamos cinco anos da decretação da Pandemia de COVID-19 pela OMS:



Em março de 2020, quando o mundo inteiro mergulhou na pandemia de COVID-19, evento mais dramático para a Humanidade desde a Segunda Guerra Mundial, não foram poucos os que acreditaram que para as universidades públicas brasileiras a noite que se aproximava seria ainda mais escura. Em meio a problemas estruturais graves por conta dos cortes de recursos que há anos estrangula essas instituições, como poderiam sobreviver diante de uma crise dessa envergadura?

Como conseguiriam dar assistência a seus alunos e manter em algum nível o ensino e a produção científica? Como fariam para manter suas instalações e seus insumos? Tantas foram as perguntas inicialmente sem respostas, que muitos chegaram a pensar que a era do ensino público universitário de qualidade no Brasil chegara a seus estertores, e que tudo seria diferente em um futuro não muito distante.

Erraram. A capacidade e a velocidade de reação da comunidade universitária em todo o Brasil, e em particular na UFRJ, certamente farão parte no futuro de estudos sobre gestão de crise e sobre capacidade de resistência. Em pouco tempo, as áreas ligadas à Saúde nas universidades públicas não apenas se ergueram, como se tornaram as grandes condutoras dos rumos que o país deveria tomar em meio à maior crise Leonardo Valente Diretor do IRID sanitária em um século. Mas não foi só

isso, o que já seria o bastante. Todas as áreas de conhecimento se adaptaram com impressionante rapidez ao ensino remoto, a complexa gestão universitária ganhou novas regras e também se adaptou, a produção científica e a extensão percorreram o mesmo caminho e ganharam novos impulsos. Claro que não faltaram dificuldades e dúvidas durante todo esse caminho, mas as universidades públicas continuaram produzindo, formando profissionais e cidadãos, e mostrando para toda a sociedade que são e continuarão sendo os faróis da Ciência no Brasil.

Dois anos depois, em meio ao início do retorno presencial de todas as atividades, ao reencontro real com colegas e alunos que só víamos nos quadradinhos dos aplicativos de reuniões e de aulas, ao vermos as salas de aulas novamente lotadas, os laboratórios em pleno funcionamento, os cafés abertos, mesmo sabendo que a pandemia ainda não acabou, apesar de termos superado seus momentos mais difíceis, podemos afirmar — não mais com as dúvidas daquele março de aflição, que as universidades públicas brasileiras viveram, sim, essa longa noite, e perderam muitos para essa doença terrível, mas resistiram, se fortaleceram, e na linha do horizonte já é azul da manhã.

Leonardo Valente

versus

versus.ccje.ufrj.br